



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 27/11/2017.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 29

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e dezassete, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência da Presidente, Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alexandre de Carvalho Caetano;
- Lara Marques Lino;
- Ana Isabel de Jesus Alves Monteiro;
- Célia Cristina Letra Faustino Guerra.

A Sr.^a Presidente abriu a reunião pelas 14:35 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objeto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se mencione expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

ORDEM DO DIA

1. **APROVAÇÃO DA ATA N.º 28, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2017**
2. **REQ. N. 1474/17, DATADO DE 21/08/2017 – PC N.º 59/17, DATADO DE 15/02/2017 – ANA LÚCIA MESQUITA ROQUE E TIAGO EMANUEL DA SILVA GODINHO**
3. **REQ. N. 1644/17, DATADO DE 20/09/2017 – PC N.º 211/17, DATADO DE 22/05/2017 – PLÁSTICOS FUTURA LDA**
4. **REQ. N. 1827/17, DATADO DE 25/10/2017 – PC N.º 474/17, DATADO DE 25/10/2017 – ARMANDO FERNANDES ANTONIO**
5. **REQ. N. 1973/17, DATADO DE 20/11/2017 – PC N.º 389/17, DATADO DE 22/08/2017 – MARA SUSANA GASPAR SILVA**

6. REQ. N. 1742/17, DATADO DE 09/10/2017 – PC N.º 447/16, DATADO DE 20/10/2016 – MARIA DE FÁTIMA VENTURA GOMES FRANCISCO
7. REQ. N. 1622/17, DATADO DE 18/09/2017 – PC N.º 492/16, DATADO DE 28/11/2016 – LUÍS FILIPE SOBREIRA CALIXTO
8. REQ. N. 1723/17, DATADO DE 04/10/2017 – PC N.º 251/17, DATADO DE 20/06/2017 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA.
9. REQ. N. 1733/17, DATADO DE 06/10/2017 – PC N.º 93/07, DATADO DE 06/02/2007 – MORGADO RUIVO & FILHOS, LDA.
10. REQ. N. 1900/17, DATADO DE 06/11/2017 – PC N.º 187/15, DATADO DE 04/06/2015 – TOBEHOME - IMOBILIÁRIA S.A.
11. REQ. N. 1937/17, DATADO DE 13/11/2017 – PC N.º 504/17, DATADO DE 13/11/2017 – MARIA GRACIETE DA SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA
12. REQ. N. 1918/17, DATADO DE 09/11/2017 – PC N.º 499/17, DATADO DE 09/11/2017 – ROSINDA DE OLIVEIRA MENDES FERNANDES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA
13. REQ. N. 1894/17, DATADO DE 06/11/2017 – PC N.º 495/17, DATADO DE 06/11/2017 – RAMIRO MIRANDA GERMANO
14. REQ. N. 1975/17, DATADO DE 20/11/2017 – PC N.º 513/17, DATADO DE 20/11/2017 – DAVID PACHECO NEVES E ANA RITA DE SÁ PESSOA CORREIA BORGES
15. REQ. N. 1714/17, DATADO DE 02/10/2017 – PC N.º 496/2017, DATADO DE 02/0/2017 – FERNANDA MARIA DA SILVA BAROSA FERREIRA
16. REQ. N. 1626/17, DATADO DE 18/09/2017 – PC N.º 418/17, DATADO DE 18/09/2017 – FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA
17. E/7728/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL-LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A
18. DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2018 / APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR À APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE – ARHTEJO E ARHCENTRO
19. COLOCAÇÃO DE DOIS SINAIS NO ESTACIONAMENTO DA IGREJA DO PILADO
20. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS NA CAMARATA FEMININA E BENEFICIAÇÃO DA CENTRAL DE COMUNICAÇÕES – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO
21. ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

22. **AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES**
23. **RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017 – ISENÇÃO DE TAXAS PELA EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.**
24. **ESCALAS DE TURNOS DAS FARMÁCIAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2018 – EMISSÃO DE PARECER**
25. **PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – EMBATE DE VEÍCULO EM SINAIS DE TRÂNSITO - TRABALHOS TEMPORÁRIOS NA VIA - REQUERENTE: SÓNIA MARIA SILVA MATOS – APRECIAÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.**
26. **VEÍCULOS ABANDONADOS E EM ESTACIONAMENTO ABUSIVO EM ESPAÇOS PÚBLICOS - BLOQUEAMENTO E REMOÇÃO PARA DEPÓSITO - AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO - DESTINO FINAL DOS VEÍCULOS.**
27. **REDE DE ABASTECIMENTO EM ALTA - SÃO PEDRO DE MOEL - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES – CONCURSO PÚBLICO N.º 31/2017. LISTAS DE ERROS E OMISSÕES**
28. **RECEÇÃO DEFINITIVA**
29. **“REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - MARINHA GRANDE – CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017” – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA.**
30. **17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017**
31. **P.A. N.º 109/2017-AP/DFTI – “CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2018”. - ADJUDICAÇÃO**
32. **P.A. N.º 113/2017-AP/DISU – “AQUISIÇÃO DE 8 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS ELÉTRICAS” – ADJUDICAÇÃO**
33. **COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NOS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2017, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º, N.ºS 4 E 12, DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O ANO DE 2017.**
34. **AUDITORIA EXTERNA PARA O ANO DE 2017 – REMESSA DE CARTA DE COMPROMISSO**
35. **REVISÃO DO VALOR DA RENDA, SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, DE LEONILDE HENRIQUES BARREIRO MOREIRA, INQUILINA RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLC 2, 1ºESQº - CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR.**
36. **DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, MARINHA GRANDE POENTE E VIEIRA DE LEIRIA**

37. ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO EM 2018, DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DA MARINHA GRANDE (APPACDM), PARA SUBSTITUIÇÃO DOS ESTORES DAS JANELAS DO EDIFÍCIO DA SEDE.
38. ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO, DO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE, PARA A REALIZAÇÃO EM 2018 DOS TORNEIOS DE XADREZ MEMORIAL VAREDA E DE VOLEIBOL DE PRAIA EM SÃO PEDRO DE MOEL
39. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – SINDICATO TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA.
40. ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO EM 2018, DA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II (ANO II) PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO SÓCIO-SANITÁRIO PORTA AZUL E LOJA SOCIAL.
41. ADMISSÃO DE CANDIDATURA A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE
42. ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO EM 2018, DA ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO, PARA A REALIZAÇÃO DA 9ª PROVA DE BTT E DA 3ª EDIÇÃO DO CAMPEONATO DE PATINAGEM DE VELOCIDADE.
43. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA APOIO FINANCEIRO, DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO, PARA APOIO FINANCEIRO À REALIZAÇÃO, EM 2018, DO XIV TORNEIO DE ANDEBOL DE PRAIA E DO “FESTAND”
44. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO.
45. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL- BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E RECREIO DA PRAIA DA VIEIRA
46. ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA APOIO FINANCEIRO, DA SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º DE JANEIRO, PARA A REALIZAÇÃO, DE UM TORNEIO ABERTO EM TÊNIS DE MESA EM 2018, E DE UM PASSEIO EM BTT EM 2017.
47. ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS: SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
48. REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO - CONCURSO PUBLICO N.º 11/2017 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

49. REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS DO JARDIM LUÍS DE CAMÕES – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2017 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
50. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – APAMG
51. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E RECREIO DA PRAIA VIEIRA – PASSAGEM DE ANO 2017/2018
52. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º DE JANEIRO - PASSEIO EM BTT EM 2017.
53. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA A REALIZAR EM 3 DE DEZEMBRO DE 2017
54. APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE
55. RESUMO DE TESOURARIA



A **Sr.ª Presidente** deu início à reunião, dando conhecimento a toda a Câmara da atividade desenvolvida pelo executivo, nomeadamente:

- Reuniões com as Juntas de Freguesia sobre os Acordos de Cooperação;
- Realização na Marinha Grande do Encontro Regional de Formadores;
- Divulgação dos resultados do Orçamento participativo;
- Inauguração da nova unidade fabril da Megatech;
- Reunião com os Chefes de Divisão e de Unidade;
- Participação nos diversos aniversários das colectividades;
- Reunião com os concessionários das praias para preparação da nova época balnear;
- Preparação do 18 de Janeiro com o STIV – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira;
- Inauguração da Exposição “Licores de Portugal”;
- Iniciativas de solidariedade para com as vítimas dos incêndios;
- Aquisição de uma obra ao artista Emanuel Gameiro, revertendo a receita da sua venda para os Bombeiros da Marinha Grande e de Vieira de Leiria;
- Disponibilização do futuro espaço para o Centro Escolar de Vieira de Leiria;
- Iniciativas no âmbito do incêndio do Pinhal do Rei: programa da RTP realizado em Leiria; visita do Presidente da República (com agenda realizada pelo próprio); visita dos Secretários de Estado das Florestas e do Turismo, combinada na sequência da visita do Ministro da Economia, e destinada a articular a instalação do Museu da Floresta e a reformulação dos pontos de vigia;

- A comissão “O Pinhal é nosso” foi recebida pelo Secretário de Estado das Florestas, a pedido da Presidente da Câmara;
- Foram dados passos muito importantes para se elaborar a candidatura para a instalação do Museu da Floresta no Parque do Engenho;
- Visita de uma delegação da cidade geminada de Fontenay-Sous-Bois, que integrava uma técnica na área das florestas, e que se disponibilizaram para apoiar tecnicamente a reflorestação, tendo oferecido 50.000 árvores, tantas quantos os seus habitantes;
- Reunião com BE – Bloco de Esquerda da Marinha Grande;
- Trabalho de parceria com a Assembleia Municipal para o reerguer do Pinhal do Rei;
- Instalação de um gabinete técnico-florestal na Marinha Grande e também um gabinete técnico para a ORU, a ser coordenado pelo Arqt.º Miguel Figueiredo e que terá uma funcionária administrativa.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** deu conhecimento da adjudicação da rede de drenagem do relvado sintético e da reabilitação da cobertura do Jardim-de-infância das Trutas, e da abertura do concurso para a remodelação da rede de água do cemitério da Marinha Grande. Informou ainda que foi hoje assinada a consignação da empreitada da Rua Esquerda e da Rua da Almoíinha Velha, na Moita. Referiu também que irá ser feita a substituição da sinalização que ardeu, mas tem sido difícil encontrar no mercado uma empresa que forneça e coloque os sinais até ao final do ano. Entretanto foi encontrada uma, que em princípio conseguirá entregar no mês de dezembro.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** deu conhecimento das reuniões que efetuou com o ACM, SCM e IDV.

- O ACM ficou de entregar toda a documentação até dia 21, entregaram, faltando apenas um documento. Como viu boa vontade do clube, deu-lhes novo prazo, esperando que cumpram.
- O IDV não conseguiu apresentar as restantes faturas, pelo que irão devolver o dinheiro.
- Em relação ao SCM, enviaram um e-mail a comunicar que vão desistir da candidatura.
- Sobre a questão colocada em relação a um pedido do Clube Recreativo Amieirinhense, informou que a Casa da Cultura não estava disponível para o dia pretendido, pelo que lhes propôs a utilização da Resinagem ou o adiamento da iniciativa para outra data. Aguarda a resposta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Na sequência da abordagem efetuada na última reunião, e tendo em conta que os Srs. Vereadores não apresentaram alterações, a **Sr.ª Presidente** propôs a aprovação do documento “Manifesto pelo Pinhal do Rei”, que se anexa à presente ata (**Anexo 1**), tendo procedido à sua leitura.

APROVAÇÃO DO MANIFESTO PELO PINHAL DO REI

1079 - Por proposta da Sr.^a Presidente, **a Câmara Municipal aprovou por unanimidade o seguinte Manifesto** pela defesa e salvaguarda da Mata Nacional do Pinhal do Rei, na sequência do incêndio florestal dos dias 15 e 16 de outubro, e que vai ser enviado ao Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural; Ministro da Economia; Ministro do Ambiente; Secretário de Estado das Florestas; Secretária de Estado do Turismo; Presidente da Comissão Parlamentar do Ambiente e Presidente do Conselho Diretivo do ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas:

“A Câmara Municipal, tendo em conta que o Secretário de Estado das Florestas no dia 19 de outubro exarou o despacho 9224-A/2017 no qual «determina que o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), elabore um relatório das ocorrências de incêndios que afetaram as matas nacionais de Leiria, Pedrógão, Urso, Dunas de Quiaios, Dunas de Vagos, Covilhã e Margaraça, com avaliação rigorosa da execução dos Planos de Gestão Florestal em vigor, bem como dos acontecimentos ocorridos e danos no património florestal, natural e edificado», decidiu solicitar ao Governo, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Florestas que:

1 - O Plano de Gestão da Mata vise o reforço dos meios técnicos e humanos da delegação do ICNF da Marinha Grande, transformando-a num verdadeiro serviço de gestão florestal, como o foi desde os tempos em que, por volta de 1790, se instalou aqui a primeira administração da Mata Real;

2 - Que o Plano de Reflorestação contemple:

2.1 - Preservação dos elementos da história Florestal da Marinha Grande

2.2 - Reforce as espécies autóctones que complementem e reforcem a monocultura do Pinheiro Bravo;

2.3 - Que o reflorestamento junto às zonas habitacionais dos aglomerados seja feito com espécies vegetais resistentes ao fogo, uma vez que as povoações, neste fogo, estiveram muito ameaçadas dada a proximidade de mata de pinheiro bravo até às suas habitações;

2.4 - Que o reflorestamento preserve e valorize habitats tradicionais da Mata (Ribeiro de S. Pedro, Samouco, Tremelgo, Fonte da Felícia, Fonte dos Pirilampos, Água Formosa) acentuando a sua singularidade e rara beleza, apontando projectos específicos de reflorestação, que visem reforçar o seu valor paisagístico, ambiental e lúdico;

2.5 - Que o plano de reflorestação contemple a reconstrução e recuperação do património florestal edificado;

2.6 - Que o plano de reflorestação contemple a reconstrução e recuperação do património de Posto de Vigia contra incêndios existentes e recuperando outros que se foram perdendo ao longo dos tempos;

2.7 - Que o Plano de reflorestação não contemple apenas os aspectos do domínio privado desta Mata, isto é, produzir Pinheiros Bravos para vender, mas que tenha em conta os aspectos, ambientais, lúdicos, sociais, culturais e turísticos que a Mata Nacional tem de ter inserida que está, na totalidade, no concelho da Marinha Grande.

2.8 - Que o Plano de reflorestação facilite e pugne pela rápida execução do Museu Nacional da Floresta, já que as componentes de educação ambiental, formativa e informativa da população portuguesa é, hoje, depois de todas as calamidades de fogos que assolaram o país, totalmente imprescindível e incontornável;

A Câmara Municipal aprovou ainda a proposta de criação de uma Unidade de Missão que:

- 1 - Reúna os principais agentes de investigação regionais e nacionais e outros Indivíduos e Entidades de relevo, tais como o Centro de Estudos Florestais do Instituto Superior de Agronomia da Universidade de Lisboa e o Instituto Politécnico de Leiria;*
- 2 - Garanta o acompanhamento científico do trabalho a ser realizado pelo estado, dando também o suporte técnico necessário à Câmara Municipal para a defesa e salvaguarda do Património natural e arquitetónico da Mata Nacional do Pinhal do Rei;*
- 3 - Dê suporte técnico e científico aos interesses próprios da Câmara Municipal no processo de definição do futuro da Mata Nacional do Pinhal do Rei;*
- 4 - Produza informação atualizada e acessível à população em geral, promovendo ainda regularmente colóquios e conferências com diversos especialistas e universidades.*

A Câmara Municipal, juntamente com este manifesto, remete igualmente a Vossa Excelência, para conhecimento e demais efeitos, o Relatório de prejuízos e danos infligidos pelo incêndio de 15 e 16 de Outubro e o levantamento das necessidades identificadas junto das populações afetadas.

A Câmara Municipal da Marinha Grande manifesta por fim a sua inteira e total disponibilidade para cooperar, a todos os níveis, com as Entidades Públicas para encontrar as soluções mais ajustadas a curto, médio e longo prazo, quer para a reconstrução do Pinhal do Rei, quer para a normalização das condições de vida das populações afetadas, quer para a revitalização económica do território."

Após a aprovação deste Manifesto, a **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** sugeriu que se anexe a este documento o Relatório dos danos.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu que o referido Relatório, já entregue em papel, seja enviado em formato digital, tal como tinha sido prometido na última reunião.

O **Sr. Vereador Carlos Caetano** disse que vai ser enviado.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** disse que considera importante o Manifesto, mas como é mais prática e estando ligada ao movimento popular "O Pinhal é nosso", gostaria de ver respondidas algumas questões essenciais, como são as que se referem ao valor da madeira que já está a ser retirada e à necessidade de fazer a limpeza, uma vez que já há sinais de alteração na qualidade da água.

Neste âmbito, foi ainda discutida a futura constituição de uma Unidade de Missão, assim como a criação, prevista no Orçamento de Estado para 2018, de uma empresa pública, que deverá ter sede na Marinha Grande.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Inscreveram-se e foram atendidos os seguintes munícipes:

1 - **Sr. Carlos Manuel Antunes de Oliveira Rosa**, residente na Rua de Moçambique, n.º 38, Ordem, Marinha Grande, que falou sobre a necessidade de colocar mais torneiras no cemitério da Marinha Grande, a falta de limpeza do mesmo, tendo sugerido que se coloquem alguns baldes à disposição dos utentes, proibindo que se levem baldes ou garrações, à semelhança do que acontece noutros cemitérios de outras cidades.

Falou ainda da necessidade de haver outra entrada na localidade da Ordem para quem vem da Amieirinha, porque a existente é problemática. Referiu também que a nossa cidade não tem um busto ao bombeiro, e que talvez este seja o momento ideal para decidir fazer essa homenagem.

Terminou perguntando a quem deve dirigir os e-mail's destinados à Presidente da Câmara, uma vez que os que têm enviado não obtêm resposta.

2 - **Sr. João Eduardo Andrade dos Santos Pereira**, residente na Rua do Cartaxo, n.º 35, Marinha Grande, que falou sobre as datas de abertura e de encerramento da época balnear nas praias dos concelhos vizinhos, que são diferentes, mesmo dentro do próprio concelho. Pediu que a Câmara pondere a época balnear, analisando o assunto como um todo e em termos turísticos.

3 - **Sr. Joaquim Carreira Gomes Grilo**, residente na Rua Central, n.º 26, Pilado, Marinha Grande, que falou sobre a necessidade de conclusão do alcatroamento em cerca de 150mts da estrada das matas que liga o Largo do Pilado com a estrada que vai da Marinha Grande para a Vieira de Leiria.

Referiu ainda que faltam passeios, que o tout-venant e a brita, junto ao triângulo, estão a ser projetados para a estrada, com a passagem dos carros e o tapete está partido em alguns sítios. Por fim terminou dizendo que ele, assim como outros proprietários, também viram os seus pinhais ardidos e sofreram prejuízos, de que não ouve falar.

Tendo em conta a natureza das questões colocadas, o Sr. Vereador Carlos Caetano respondeu o seguinte:

- Sr. Carlos Rosa – sobre o monumento ao bombeiro considera que é justo, e que se deve arranjar forma de prestar esta homenagem. Sobre as entradas na Ordem, não tem resposta de momento, no entanto fica com o alerta e vai estudar a forma de se poder resolver. No que se refere aos cemitérios, informou que a limpeza está a ser efectuada por uma empresa e que a questão dos baldes não lhe parece difícil de resolver. Em relação às torneiras, e tal como já tinha informado, a rede de águas do cemitério vai ser toda renovada, o projecto está feito e o concurso foi lançado na semana passada. Trata-se de uma grande remodelação. A capela e as casas de banho serão arrançadas noutro concurso, a ser lançado em colaboração com a Paróquia e que está para breve.
- Sr. Joaquim Grilo – não sabia das situações relatadas, fica com estes alertas, mas terá que ir ao local ver. Vai ligar-lhe e em conjunto vão ver.
- Sr. João Pereira – a época balnear foi falada na reunião com os concessionários na passada sexta-feira e mais tarde, nesta reunião, será tomada uma decisão, que com certeza terá em atenção as preocupações manifestadas.

A **Sr.ª Presidente** informou o Sr. Carlos Rosa que os e-mail's são despachados diariamente para a Sr.ª Vereadora, que normalmente lhes responde em 48 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sr.^a Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o seu conteúdo, anexando-se a mesma à presente ata (Anexo 2):

- É sabido que o IPMA prevê chuvas fortes a partir principalmente de 12 de Dezembro de 2017. São conhecidos os problemas com inundações verificadas no nosso Concelho, seja na Praça Afonso Lopes Vieira em S. Pedro de Moel, seja no Parque Mártires do Colonialismo em frente à Oficina da Música, seja na Rua por trás da Segurança Social (que na última inundação trouxe ratos à tona). Face a essas experiências que já todos vivenciámos espero que os problemas nessas zonas esteja definitivamente resolvido e, nessa medida, solicito à Sr.^a Presidente nos informe se é mesmo assim, isto é, se os colectores das águas pluviais e de esgotos estão devidamente limpos e desobstruídos. Para ver se também nesta matéria não teremos depois que lamentar e usar a expressão popular de “depois de casa arrombada, trancas à porta”.

- Continuando a falar em água, mas agora noutra perspectiva. É público que 27% da água perdem-se antes de chegar às casas, havendo municípios com perdas de 70% a 80% devido à falta de reabilitação de condutas que levam a água aos nossos domicílios. Pergunto à Sr.^a Presidente: o que se passa no Concelho da Marinha Grande? Penso que é fundamental sabermos e gerir-se convenientemente este recurso. Queria salientar que repudio frontalmente a hipótese colocada pelo Sr. Ministro do Ambiente de aumentar o preço da água para, dessa forma, diz o Ministro, aumentar a “eficiência hídrica”. Não é com aumentos de preço da água que resolvemos o problema. Mas sim com medidas de investimento na reabilitação de condutas para evitar o desperdício e obviamente também com acções de sensibilização junto da população apelando à poupança de água.

- Pergunto ainda à Sr.^a Presidente se, com a entrada em vigor do novo Dec. Lei que prevê a aplicação automática da tarifa social da água a famílias carenciadas se prevê um aumento exponencial de munícipes beneficiados. Que estudo tem a Autarquia relativamente a esta questão?

- Oficina da Música, para quando a sua inauguração;

- Pergunto à Sr.^a Vereadora Célia Guerra se o problema com as senhoras funcionárias que auxiliam nas refeições escolares, se encontra resolvido;

- Pergunto à Sr.^a Vereadora Célia Guerra se já tiveram lugar as reuniões com colectividades e clubes no sentido de a Câmara os ajudar a ultrapassar as dificuldades que apresentem;

- E para quando a proposta de alteração do regulamento de atribuição de subsídios aos clubes, colectividades e instituições?

- E para quando a inauguração da Oficina da Música?

- Finalmente quero aqui deixar, em nome da CDU, uma proposta que visa a aprovação de incentivos ao voluntariado, dirigida aos nossos Bombeiros. São sobejamente conhecidas as dificuldades dos nossos Bombeiros, que são muitas, muitas das quais têm também que ser resolvidas pelo poder central. Mas a Autarquia pode ajudar e incentivar o aumento de recursos humanos no corpo de Bombeiros Voluntários do concelho. Sabemos que os Bombeiros precisam de muito mais do Estado Central e da Autarquia, que os problemas com que os Bombeiros se debatem são muitos e ultrapassam esta questão da falta de meios

humanos, mas a implementação deste conjunto de medidas e de outras que se possam aqui acrescentar, pode ajudar e ser o pontapé de saída para uma relação entre Autarquia e Bombeiros que deve ser obrigatoriamente de muito maior proximidade e apoio.

Assim, anexa-se a proposta da CDU, da qual constam, como se pode constatar, medidas de simples implementação por parte do Município e com pouco impacto financeiro mas que poderão ser apelativas para que os jovens se sintam atraídos para o voluntariado nos Bombeiros.

De salientar que estas medidas, insiste-se, de fácil implementação por parte da Autarquia, constam de um pedido que terá sido efectuado á autarquia, pela Direcção dos Bombeiros, no princípio do ano de 2016 o qual não obteve, até ao momento, qualquer resposta.”

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1. Referi, desde que fomos eleitos neste mandato, os vereadores do MPM não foram envolvidos em nenhum assunto ou evento conduzidos pela Câmara. É uma decisão deste executivo permanente com que não concordo, mas é da sua única responsabilidade.

Questionei a Sra Presidente e restante colegas vereadores com pelouros, sobre um tema que me chegou duma fonte muito bem informada. A informação que me foi transmitida, é que aquando da vinda ao nosso concelho do Sr. Presidente da Republica, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, o Sr. Presidente convidou todo o executivo da Câmara para jantar, e que dos 7 elementos só estiveram 3, tendo inclusivamente o Sr. Presidente feito uma observação se eram apenas três pessoas no executivo. Isto é verdade?

2. Um munícipe questionou-me pelos documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de 2016, que, ao abrigo da Lei, deviam estar publicadas no site oficial. Perguntei se há algum motivo para que as contas não estejam publicadas no site da Câmara?

3. Questionei sobre algumas obras:

- EB do Pilado / reabilitação – no contrato refere que devia estar terminada a 18 de Outubro*
- JI e EB Fonte Santa / espaço de jogo e recreio – alem deste contrato, foi lançado posteriormente um novo concurso publico para obras de beneficiação, sanitários, refeitório. Questionei se tinha sido adjudicado e as razões porque não foram as obras feitas todas no mesmo concurso.*
- JI Trutas / reabilitação da cobertura – concurso publico lançado no inicio do ano letivo e que foi agora adjudicado, no período de aulas.*
- EB Moita / obras de beneficiação*
- EB da Várzea - Um munícipe enviou um email com uma foto de um buraco no chão com 3 m x 0,5 m, com 30 cm de profundidade no espaço interior não coberto da escola. Diz que já avisou mas o buraco mantem-se e é perigoso. Questiono se a Sra Presidente, que era vereadora da educação, sabe disto.*
- Obras de reabilitação no Pavilhão Nery Capucho - Em 27/9/2017 foi adjudicada esta obra, no montante de € 252.715,09, num prazo de 60 dias. Esta obra devia ter sido realizada no período das férias escolares e desportivas, mas como não foi, temos agora os alunos e os atletas a jogarem no Pavilhão sem condições. Recordo que ainda recentemente ali se realizou um jogo internacional de andebol.*

Qual a situação das obras?
- Obras no campo sintético, por trás do Estádio - Foi adjudicada a obra em setembro do ano passado, e parou por o empreiteiro ter considerado que são precisas*

obras que não estavam no caderno de encargos. O campo não foi utilizado durante toda a época passada, prejudicando os muitos clubes que o utilizavam (Estrela do Mar, Casa do Benfica, veteranos do CD Moitense, Lagoinha), tendo de se deslocar para fora do concelho para treinarem. Em setembro, já com a época em andamento, foi lançado um concurso público para a drenagem pluvial, no valor de € 25.055,50. Este concurso foi adjudicado? Qual a situação?

4. Estamos a menos de um mês do Natal.

Na Marinha Grande, a 27 de Novembro, não se vê qualquer iniciativa de natal, e a camara não conversou com a ACIMG, quando noutras paragens, já há muito se conhece o programa, com a contratação de serviços e artistas. Nesta altura vamos contratar o que sobra, e pagar o que nos pedirem.

Já assim foi o ano passado, e agora vamos apressadamente fazer qualquer coisa.

As cidades por todo o país já têm iniciativas de Natal. Nos concelhos vizinhos temos:

- “Leiria, cidade Natal” com pista de gelo, exposição de presépios, carrossel de Natal, pista da carros elétricos, recreio dos duendes, alameda da solidariedade, artesanato, karaoke, brinquedos, insufláveis, animais, arborismo, renas, cartas ao Pai Natal. No site da Câmara diz-se: “... apresentar propostas divertidas para toda a família, e por outro contribuir para o dinamismo comercial de Leiria”*
- “O Natal da Batalha” com pista de Gelo, Casa do Pai Natal, cinema e animação infantil, eventos desportivos, concertos, circo. A iluminação de Natal foi acesa no sábado passado. No site da Câmara pode ler-se: “reveste-se de grande importância no contexto da dinamização do comércio tradicional”. Conta com o apoio da ACILIS.*
- Caldas da Rainha ou Óbidos, que já têm Natal nas suas ruas. Releva-se na preocupação dos municípios vizinhos a animação para toda a família, com incidência nos mais novos, mas também, a contribuição para o comércio tradicional local, levando as Câmaras a conversarem com os comerciantes para planearem e realizarem eventos.”*

A Sr.^a Vereadora Lara Lino cumprimentou todos os presentes, e referiu o seguinte:

- Também pretendia colocar perguntas sobre o Natal: quando vai haver iniciativas e o que está previsto. Sugeriu cinema diurno para as crianças, no Teatro Stephens, durante as férias escolares.
- Deu os parabéns à Orquestra, que comemorou ontem o seu aniversário, referindo que gostou de ouvir as palavras do Sr. Vereador Carlos Caetano, quando referiu que o Protocolo com a Junta de Freguesia da Marinha Grande não iria cair.

A Sr.^a Vereadora Ana Alves Monteiro cumprimentou todos os presentes, e tendo em conta que enviou a sua intervenção, passa-se a reproduzir o conteúdo da mesma:

“1.Comunidade:

Ponto de situação do Pavilhão da FAG. *Na última reunião dei nota de que fui ver um jogo e voleibol e colocaram-me várias questões sobre este assunto, situação que o vereador Aurélio Ferreira aliás já tinha levantado há meses atrás. Referi que há necessidade de: a) uma intervenção mais urgente: piso irregular, o amortecimento do piso, ligação da sala onde guardam material directamente à xona de jogo, sinalética do WC (em falta); b) uma intervenção de médio prazo: Ideia é adaptar o pavilhão à prática das diferentes modalidades que actualmente lá se encontram: voleibol, basquetebol, futsal. Colocação de bancadas com outra segurança, colocação de pavimento de madeira, etc... Atualmente o pavilhão é*

ocupado por: Sport operário marinhense, Sporting clube marinhense, Clube da Moita e o Belenense, AEC's. Depois desta reunião voltei a ter informação de que continuam as infiltrações, há água a escorrer em diversos sítios no Pavilhão.

2. Aspectos organizacionais:

a) Entreguei o email que tinha enviado à Senhora presidente no dia no dia 22.11.2017, cujo conteúdo passei a ler:

De seguida perguntei se a senhora presidente tinha lido o email e quais as orientações que dá aos serviços da DOT para que se dêem ao trabalho de colocar post-it nos processos para esconder informação? Mais solicitei que esta circunstância não sucedesse, considerava que o órgão merecia outro respeito. Esta circunstância decorreu nos últimos 4 anos, levantei sempre a questão e não gostava de passar mais 4 anos a levantar este problema. Considero que os processos, não sendo de carácter reservado, não têm nada que os vereadores não pudessem ler. Qualquer munícipe tem livre acesso aos documentos administrativos. Se a documentação não foi facultada como deverá ser esta circunstância leva-me a crer que algo a esconder.

b) Delegação de competências

Questionei a Sr.ª Presidente se delegou competências no chefe de gabinete, tendo a mesmo referido que sim e facultado cópia do despacho respectivo.

3. Relatório Danos

Dei nota de que analisámos o Relatório de danos e, da informação disponibilizada apurámos os seguintes valores:

Danos	Total
Habitacionais	658.854,00 €
Anexos habitacionais (garagem + anexos)	657.591,00 €
Infraestruturas	30.011,00 €
Turismo_Parque campismo VL	109.229,00 €

1.455.685,00 €

Acrescentei que o documento não integra os danos empresariais, as vias, as infraestruturas (PT, EDP,...), sinalização, equipamentos, bem como os danos das corporações de bombeiros e da própria operação de combate ao incêndio.

Referi ainda que faz referência às linhas de água: afectados 16 pontos, que correspondem a 5 troços (Ribeira da Tábua-área urbana, Ribeira da Tábua-restante área, Ribeira de S. Pedro Moel, Rio Tinto, Ribeiro do Brejo d'Água) que irá implicar uma intervenção (medidas de protecção dos recurso hídricos) que abrange uma 1.ª fase de 19.902m e uma 2.ª fase de 56.716m (reposição/reabilitação das galerias ripícolas – plantação e/ou sementeira de espécies autóctones)...**Mas não integra os custos com as acções de limpeza e prevenção.**

Sobre este documento, em que danos importantes não foram considerados, surgem-me algumas dúvidas, designadamente:

- Qual o ponto de situação relativamente às vítimas dos incêndios e sobre a atuação no Pinhal, nomeadamente ao nível de **contenção de poluição das**

linhas de água e da erosão dos solos. *Recordo que foi dito que haveria um serviço que ia começar passado uma semana. **Que estrutura está montada para fazer tal serviço?***

- Como a Sr.^a Presidente referiu no final da outra reunião, **o relatório foi enviado para a CCDRC.** Não tendo o mesmo incluído danos muito significativos, que garantias existem de apoio para estas situações não contempladas no relatório?

- **E os danos da Câmara Municipal vão ser assegurados por apoios do Estado central** ou assumidos integralmente pelo orçamento da Câmara?

- Já há um Plano de Ação delineado, quem está a coordenar todo o processo e **quais as medidas que a Câmara adotou ou vai adotar?**

- **Há alguns minutos atrás abordou a existência de outros relatórios. Pode especificar que relatórios existem?**

4. Centro de saúde de Vieira

O posto médico da Vieira voltou a ficar sem médico, porque acabou o contrato da médica e não foi reconduzida ou substituída. Questionei a Sra. Presidente porque tal aconteceu, que nos confirmou que também irá acontecer no Centro de Saúde da Marinha Grande com dois médicos.”

A Sr.^a Vereadora Célia Guerra respondeu às questões relativas às suas áreas de atuação, designadamente:

- Sobre as funcionárias que auxiliam nas refeições escolares, considera que o assunto está resolvido com a empresa Know How, uma vez que não tem conhecimento de qualquer problema;
- Referiu que a sua resposta aos e-mail's que lhe são dirigidos é feita habitualmente dentro de 48 horas;
- O projeto da Fonte Santa já estava decidido e sabe que foi visto com os professores e os pais, que na altura gostaram, mas que agora, depois da obra, não gostam;
- Informou que está agendada uma reunião com o Agrupamento de Escolas, para arranjar um espaço para treinarem, e que está prevista a abertura de novo procedimento para a colocação de piso e nivelamento no pavilhão do Parque de Exposições;
- Sobre o Natal referiu que tem de haver uma proposta para modificar o orçamento, e se a mesma for aprovada irá haver iniciativas, com propostas inovadoras, nomeadamente uma pista de gelo, aldeia do natal na Resinagem, o cinema para as crianças, que já é habitual, e espetáculos temáticos de teatro.

A Sr.^a Presidente solicitou a presença da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, **Dr.^a Inês Marrazes**, que explicou que o procedimento de ocultar o nome dos técnicos nas informações resultava de uma decisão do anterior executivo, que têm mantido, no entanto se a decisão for para alterar agirão nesse sentido.

A Sr.^a Presidente determinou então que as informações da Divisão de Ordenamento do Território passem a ser enviadas na íntegra.

A Sr.^a Presidente prosseguiu, respondendo às seguintes questões:

- Delegação de competências no seu Chefe de Gabinete – informou que não tem agora presente o conteúdo do despacho, que irá buscar no intervalo da reunião.

- Esclareceu que o relatório dos danos dos incêndios que existe é aquele que foi entregue na CCDRC, que foi entregue em papel aos Srs. Vereadores e que vai agora ser enviado em formato digital. Incidiu sobre o património dos particulares e agora está a ser feito o levantamento dos danos da Câmara, porque embora de momento ainda não haja financiamento para esse fim, se houver o relatório já estará feito.
- Intervenção da APA – neste momento não tem aqui dados concretos para responder às questões das Sr.ªs Vereadoras Alexandra Dengucho e Ana Alves Monteiro. Vai ter que perguntar.
- Centro de Saúde – só agora soube da falta de médico na Vieira. No Centro da Marinha Grande também vai haver problemas, porque houve um concurso de mobilidade e alguns médicos pediram para ir para junto das suas famílias. Percebe este desejo, mas não compreende como é que se deixa sair pessoas sem que se preveja a sua substituição.

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** sugeriu que a Sr.ª Presidente enderece de imediato uma carta ao Primeiro-Ministro, com conhecimento ao Ministro da Saúde, a pedir a resolução deste problema, caso contrário a população movimentar-se-á.

A **Sr.ª Presidente** voltou a afirmar que a Câmara tem esta preocupação, que irá pressionar, mas é um assunto que não cabe nas suas competências, embora esteja a colaborar com a ARS.

Ficou decidido manifestar junto das entidades responsáveis a preocupação da Câmara Municipal sobre a questão.

- Regulamento – na próxima semana a Sr.ª Presidente terá a base de trabalho para se começar e então marcará uma reunião para o efeito.
- Oficina da Música – a obra ainda não foi entregue, razão pela qual ainda não foi inaugurada.
- Bombeiros – a carta está na Câmara, tem que se estudar o assunto e analisar a questão da legalidade do ato, para vir rapidamente a reunião. Também estão para vir a reunião os Protocolos com as Associações de Bombeiros. Tudo isto será falado na altura da preparação do orçamento.
- Visita do Presidente da República – a Sr.ª Presidente contou como aconteceu esta visita, feita de surpresa, no dia em que o Sr. Presidente da República veio a Leiria para assistir a um jogo de futebol da seleção nacional. Só se encontrou com o Sr. Presidente da República na Vieira, quando ele já tinha convidado o empresário e a filha para jantar, convidando depois os três membros do executivo que lá estavam, e depois convidou também o Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.
- Obras na Escola do Pilado – continuam a decorrer.
O **Sr. Vereador Carlos Caetano** informou que houve erros e omissões no projeto elétrico, que teve de ser corrigido, e agora a obra está com 45 dias de atraso.
- Documentos de prestação de contas de 2016 – a Sr.ª Presidente informou que o IGF está agora a enviar o relatório e só depois os documentos serão publicados.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A **Sr.ª Presidente** interrompeu a reunião nesta altura, para um breve intervalo, das 17:25 horas às 17:55 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

Tendo em conta o adiantado da hora e a necessidade de aprovar o **ponto 30 e o ponto 54** dentro do horário de trabalho dos técnicos das respetivas unidades orgânicas, foi por todos aceite apreciar e votar em primeiro lugar os referidos assuntos.

30 - 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017

Os **Srs. Vereadores Aurélio Ferreira, Lara Lino e Ana Alves Monteiro** colocaram questões relativas a algumas das verbas.

A **Sr.ª Presidente** explicou os motivos que levaram à sua inscrição, tendo seguidamente solicitado a presença da Chefe da Divisão Financeira e de Tecnologias de Informação, **Dr.ª Sandra Paiva**, que esclareceu as questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

1080 - Presente proposta da 17ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, **14ª Alteração ao Orçamento da Despesa de 2017** constituída ainda por:

13.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2017 no valor de 176.581,00 euros nos reforços e de 176.581,00 euros nas anulações;

13.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2017 no valor de 57.087,00 euros nos reforços e de 99.387,00 euros nas anulações.

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) *o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...).*”, sendo que: “ (...) *As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...).*”, mantendo-se o valor global do orçamento, **a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, delibera aprovar a 17ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2017, nos termos da alínea d), do nº 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

54 – APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

A **Sr.ª Presidente** solicitou a presença da Chefe da Divisão de Administração e Modernização, **Dr.ª Lina Frazão**, que esclareceu as questões colocadas pelos Srs. Vereadores.

1081 – Presente proposta de Regimento da Câmara Municipal da Marinha Grande, que resultou da compilação das propostas apresentadas pelos Srs. Vereadores do MpM e pela **Sr.ª Presidente**.

Após análise e discussão, a Câmara Municipal delibera aprovar o Regimento, de acordo com o artigo 39.º, alínea a) do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 28, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2017

A Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro solicitou à Sr.ª Presidente a inclusão das notas que deixou relativamente aos pontos 51 e 57, que considera ser importante ficarem expressas em ata.

Todos concordaram com esta alteração.

1082 - Presente a ata n.º 28, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 13 de novembro de 2017, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N. 1474/17, DATADO DE 21/08/2017 – PC N.º 59/17, DATADO DE 15/02/2017 – ANA LÚCIA MESQUITA ROQUE E TIAGO EMANUEL DA SILVA GODINHO

1083 - Presentes requerimentos n.º 262/17, n.º 719/17 e n.º 1474/17, registados em 2017/02/15, 2017/04/26 e em 2017/08/21, respetivamente, referentes ao pedido de licenciamento de obra de construção de **moradia e construção de muros de vedação**, no prédio urbano sito no Beco Fonte dos Ingleses, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.061 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.193, bem como requerimento n.º 779/17, registado em 2017/05/08, respeitante ao projeto de obras de urbanização relativo a infraestruturas viárias, necessárias ao licenciamento da obra de construção, designadamente pavimentação de troço com cerca de 30,00 m de comprimento, com início na Rua Fonte dos Ingleses, e pavimentação de um passeio em toda a frente do prédio, todos constantes do processo camarário n.º 59/17, registado em 2017/02/15, apresentado por **ANA LÚCIA MESQUITA ROQUE**, com o NIF 209622088, e por **TIAGO EMANUEL DA SILVA GODINHO**, com o NIF 233206191, residentes na Travessa da Rua 1, n.º 5, 1º H, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente alteração ao projeto de arquitetura apresentado pelo requerimento n.º 1474/17, registado em 2017/08/21, em sede de audiência prévia.

Presente parecer técnico datado de 2017/11/13, que atesta encontrar-se a componente arquitetura em condições de ser aprovada.

Presente parecer técnico datado de 2017/05/24, que atesta estar o projeto de obras de urbanização em condições para que a Câmara Municipal tome uma deliberação final de licenciamento apresentado.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnicos que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera:

1- DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 59/17, registado em 2017/02/15, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e construção de muros de vedação, no prédio urbano situado no Beco Fonte dos Ingleses, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.061 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 7.193, apresentado por ANA LÚCIA MESQUITA ROQUE, com o NIF 209622088, e por TIAGO EMANUEL DA SILVA GODINHO, com o NIF 233206191, residentes na Travessa da Rua 1, n.º 5, 1º H, lugar de Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com o condicionalismo de apresentação de planta de implantação com a indicação da área do terreno (inicial e final) e área de cedência ao domínio público.

2- DEFERIR, nos termos do artigo 21º do RJUE, o projeto de obras de urbanização relativo infraestruturas viárias, apresentadas a coberto do requerimento n.º 779/17, registado em 2017/05/08, integrante do processo camarário n.º 59/17.

3- Informar os interessados que devem apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis à obra de construção da moradia e muros, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

4- Informar ainda os interessados que, relativamente às obras de urbanização, antes da emissão do alvará devem celebrar com a Câmara Municipal contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas e prestar caução adequada.

O valor total da caução para a garantia da boa execução das obras de urbanização, nos termos do disposto no artigo 54 do RJUE, é de 2 324,00 € (Dois mil e trezentos e vinte e quatro euros).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

3 - REQ. N. 1644/17, DATADO DE 20/09/2017 – PC N.º 211/17, DATADO DE 22/05/2017 – PLÁSTICOS FUTURA LDA

1084 - Presente pedido com o registo n.º 1644/17, datado de 20/09/2017, relativo a **licenciamento de obras de ampliação e alteração** de uma edificação industrial existente, sita no n.º 219 da Av. 1º de Maio, Estação, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6797 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12816, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 211/17, com data de entrada de 22/05/2017, apresentado por **PLÁSTICOS FUTURA LDA**, com o NIPC 500667381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, solicitando a aprovação do projeto de arquitetura;

Presente parecer favorável da Agência Portuguesa do Ambiente, com a referência n.º SO52856-201709-ARHCTR.DRHI ARHC.DRHI.01087.2017, datado de 14/09/2017;

Presente informação técnica, datada de 14/11/2017, relativa ao valor das taxas e das compensações a cobrar em função da operação urbanística pretendida;

Presente informação técnica, datada de 8/11/2017, propondo a execução, no âmbito do presente processo, de um conjunto de obras de urbanização a realizar na envolvente do edifício;

Presente informação técnica, datada de 20/11/2017, que atesta que o projeto de arquitetura cumpre os parâmetros urbanísticos previstos para o local pelo PDM da Marinha Grande, propondo o seu deferimento condicionado à realização de um conjunto de obras de urbanização a levar a cabo na envolvente do imóvel;

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 20º do RJUE, o projeto de arquitetura relativo ao licenciamento de obras de ampliação e alteração de uma edificação industrial existente, sita no n.º 219 da Av. 1º de Maio, Estação, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 6.797 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12.816, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 211/17, com data de entrada de 22/05/2017, apresentado por PLÁSTICOS FUTURA LDA, com o NIPC 500667381, com sede na rua José Alves Júnior, Cumeiras, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o condicionalismo de apresentação, pelo interessado e no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos seguintes elementos:

1.- Processo de obras de urbanização, relativo ao licenciamento das infra-estruturas públicas, seguindo os pressupostos constantes da Portaria n.º 14 do anexo I da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril, que consagre o seguinte:

- a) Execução, ao longo da Av. 1º de Maio, de um passeio contíguo ao edifício existente com um mínimo de 1.70m e um estacionamento perpendicular à via com uma largura mínima de 4.50m, devendo ser suprimidos quaisquer degraus que se projetem do edifício sobre o espaço público;**
- b) Nas zonas das entradas de veículos para cargas e descargas no edifício, o estacionamento deve ser interrompido e os acessos à cota do passeio devem ser executados em calçada grossa;**
- c) Execução de pavimentação, com calçada grossa, até à rua Vasco da Gama, incluindo a reposição e reparação da calçada na Rua Morro d'Areia, do espaço público envolvente ao edifício;**
- d) Substituição das sarjetas de passeio, por caixa e grelha sumidouro ao longo da Av. 1º de Maio;**
- e) Deverá ser previsto o reposicionamento dos postes de eletricidade atualmente existentes na gare de estacionamento, assim como a iluminação pública da zona envolvente ao prédio.**

2.- Projetos de especialidade, de acordo com o n.º 4 do artigo 20º do RJUE, devendo, no âmbito do dimensionamento da rede de abastecimento de água, ser consultada a DISU (Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos) sobre a eventual necessidade de substituição ou reforço da conduta existente na zona contígua ao prédio;

3.- Peças desenhadas retificativas do projeto de arquitetura que consagrem a execução das obras de urbanização e que definam as áreas de cedência ao domínio público, nomeadamente ao longo da Av. 1º de Maio.

Delibera, igualmente, informar o requerente que, de acordo com a informação técnica datada de 14/11/2017, relativa ao valor das taxas devidas pela operação urbanística em causa, este orçará o montante de 38.208,65 € (trinta e oito mil, duzentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos), dos quais 14.874,80 € (quatorze mil, oitocentos e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos) são devidos como compensação por não cedência de

uma área de 473,60 m2 de espaços para equipamento e espaços verdes e 3.649,09 € (três mil, seiscentos e quarenta e nove euros e nove cêntimos) são devidos pela emissão do alvará de licença de construção, sendo que, sobre os restantes 19.684,76 € (dezanove mil, seiscentos e oitenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos), relativos à taxa de urbanização, o n.º 3 do artigo 25º do RJUE estabelece que o interessado beneficia de redução proporcional ou isenção das taxas por realização de infraestruturas urbanísticas, nos termos a fixar em regulamento municipal, e o n.º 2 do artigo 122º do RMEU estabelece que a Taxa de Urbanização não é devida se tiver sido paga previamente no âmbito de processo de obras de urbanização.

Mais delibera informar que a emissão do alvará de licença de construção ficará condicionada à celebração, com a câmara municipal, de contrato relativo ao cumprimento das obrigações assumidas no âmbito do processo de obras de urbanização e prestar caução adequada, beneficiando de redução proporcional ou isenção das taxas por realização de infraestruturas urbanísticas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

4 - REQ. N. 1827/17, DATADO DE 25/10/2017 – PC N.º 474/17, DATADO DE 25/10/2017 – ARMANDO FERNANDES ANTONIO

1085 - Presente pedido com o registo n.º 1827/17, datado de 25/10/2017, relativo a legalização de ampliação num estabelecimento industrial, sito no prédio localizado na rua do Bico, n.º 36, Garcia, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 355 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13387, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 474/17, com data de entrada de 25/10/2017, apresentado por **ARMANDO FERNANDES ANTONIO**, com o NIF 160 882 583, residente na Av. José Gregório, n.º 38, Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente processo de regularização extraordinária, titulado por ARMANDO FERNANDES - SERRALHARIA CIVIL, LDA, apresentado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, que mereceu parecer favorável condicionado em sede de conferência decisória realizada a 17/11/2016;

Presente informação técnica, datada de 21/11/2017, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado formulado nos termos constantes no respetivo processo de regularização extraordinária e em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura a que se refere o pedido com o registo n.º 1827/17, datado de 25/10/2017, relativo a legalização de ampliação num estabelecimento industrial, sito no prédio localizado na rua do Bico, n.º 36, Garcia, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 355 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 13387, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 474/17, com data de entrada de 25/10/2017, apresentado por **ARMANDO FERNANDES ANTONIO**, com o NIF 160 882 583, residente na Av. José Gregório, n.º 38, Engenho, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º RJUE;

Delibera, igualmente, informar que a entidade coordenadora do licenciamento industrial a que se reporta a presente unidade é, nos termos do disposto no Sistema da Indústria Responsável (SIR), aprovado em anexo ao Decreto -Lei n.º 169/2012, de 1 de agosto, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio, a Câmara Municipal da Marinha Grande, devendo o licenciamento industrial cumprir e respeitar, sem prejuízo de normas e regulamentos legais aplicáveis, a totalidade das condições constantes na ata da reunião da conferência decisória realizada a 17/11/2016.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

5 - REQ. N. 1973/17, DATADO DE 20/11/2017 – PC N.º 389/17, DATADO DE 22/08/2017 – MARA SUSANA GASPAS SILVA

1086 - Presentes requerimentos n.º 1487/17, n.º 1609/17 e n.º 1973/17, registados em 2017/08/22, em 2017/09/14 e em 2017/11/20, respetivamente, do processo camarário n.º 389/17, registado em 2017/08/22, referente ao pedido de **licenciamento de obra de construção de moradia e construção de muro de vedação**, no prédio rústico situado na Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 6221 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4063, apresentado por **MARA SUSANA GASPAS SILVA**, com o NIF 217755054, residente na Rua do Ponto, n.º 15, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos datados de 2017/11/15 e de 2017/11/21, que atesta encontrar-se a componente arquitetura em condições de ser aprovada com condicionalismos.

Após análise do pedido, e considerando o parecer técnicos que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, DEFERIR o projeto de arquitetura do processo camarário n.º 389/17, registado em 2017/08/22, referente ao pedido de licenciamento de obra de construção de moradia e construção de muro de vedação, no prédio rústico situado na Rua do Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, lugar de Figueiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, inscrito na matriz predial sob o n.º 6221 e descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 4063, apresentado por MARA SUSANA GASPAS SILVA, com o NIF 217755054, residente na Rua do Ponto, n.º 15, lugar de Boavista, freguesia e concelho de Marinha Grande, com condicionalismo de apresentação de:

- a) Página n.º 7 da Memória Descritiva e Justificativa do Projeto, contendo a descrição da tipologia da habitação adequada às disposições do n.º 1 do artigo 66º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas - RGEU.**
- b) As características do muro frontal, constante do Desenho n.º 07.1, apresentado a coberto pelo requerimento n.º 1973/17, em 2017/11/20, devem ser transpostas para as restantes peças do projeto da moradia onde aquele muro é representado.**

- c) O Plano de Acessibilidade completado, nomeadamente a instalação sanitária acessível, com a inscrição das zonas de manobra e de aproximação desobstruídas quer para a porta quer para as louças.

Delibera ainda informar a interessada que deve apresentar no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da presente deliberação, os Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 20º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

6 - REQ. N. 1742/17, DATADO DE 09/10/2017 – PC N.º 447/16, DATADO DE 20/10/2016 – MARIA DE FÁTIMA VENTURA GOMES FRANCISCO

1087 - Presente requerimento n.º 1742/17, datado de 2017/10/09, constante do processo camarário n.º 447/16, subscrito por **MARIA DE FÁTIMA VENTURA GOMES FRANCISCO**, com o NIF 173754805, residente na Travessa dos Poços, n.º 3, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Alteração de moradia*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na rua das Rosas, n.º 110, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6861 e inscrito na matriz sob o artigo número 6397, à qual foi atribuído o Alvará de Obras de Alteração nº 44/17, datado de 2017/06/27, válido até 2018/03/26, dispondo de projeto de alterações ao anterior projeto de arquitetura, aprovado por deliberação camarária datada de 2017/09/22.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2017/10/17, referente aos projetos de alterações aos anteriores projetos das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Alteração de moradia*” existente, incidente sobre um prédio urbano, sito na Rua das Rosas, n.º 110, lugar de Pedra de Baixo, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o número 6.861 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 6.397, com o número de processo 447/16, com data de entrada em 2016/10/20, apresentado por **MARIA DE FÁTIMA VENTURA GOMES FRANCISCO**, com o NIF 173754805, residente na Travessa dos Poços, n.º 3, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1 - Cedência para domínio público da faixa de terreno com a área de 20,55m², ao longo da frente do prédio confinante com a rua das Rosas da Pedra de Baixo, conforme configuração constante da peça gráfica correspondente à “Implantação definitiva”, com o número “Desenho n.º 6A”, datada de 08/17, entregue a coberto do requerimento n.º 1592/17, datado de 2017/09/12, ficando a emissão da Autorização de Utilização, condicionada à apresentação de certidão emitida pela Conservatória do Registo Predial, devidamente atualizada.

2 – Deverá requerer o averbamento das alterações no alvará de obras de construção n.º 44/17, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 7 do artigo 27.º do RJUE.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**7 - REQ. N. 1622/17, DATADO DE 18/09/2017 – PC N.º 492/16, DATADO DE 28/11/2016 –
LUÍS FILIPE SOBREIRA CALIXTO**

1088 - Presente requerimento n.º 1622/17, datado de 2017/09/18, constante do processo camarário n.º 492/16, subscrito por **LUÍS FILIPE SOBREIRA CALIXTO**, com o NIF 225381010, residente em rua do Barrinho, n.º 34, Riba D'Aves, freguesia de Ortigosa, concelho de Leira, a solicitar o licenciamento da obra de **“Remodelação de habitação unifamiliar”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na rua Álvaro Coelho, n.º 13 e 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.820 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 3.627.

Presente parecer **“Favorável condicionado”** emitido pela Direção Regional de Cultura do Centro (Ofício n.º S-2017/1911, de 2017/06/23), estabelecendo a condição que se transcreve:

“5.3 Porém e em caso de deteção de algum testemunho de ocupação antiga, deverá ser contactada esta direção regional no sentido da reavaliação do parecer e derem tomadas as medidas de proteção tidas por convenientes.”

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2017/08/21 e 2017/10/13, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão, e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE o pedido de licenciamento da obra de **“Remodelação de habitação unifamiliar”** existente, incidente sobre um prédio urbano sito na rua Álvaro Coelho, n.º 13 e 15, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 14.820 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 3.627, com o número de processo 492/16, com data de entrada em 2016/11/28, apresentado por **LUÍS FILIPE SOBREIRA CALIXTO**, com o NIF 225381010, residente em rua do Barrinho, n.º 34, Riba D'Aves, freguesia de Ortigosa, concelho de Leira, condicionado ao cumprimento do ponto 5.3 do parecer **“Favorável condicionado”** emitido pela Direção Regional de Cultura do Centro (Ofício n.º S-2017/1911, de 2017/06/23).

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

8 - REQ. N. 1723/17, DATADO DE 04/10/2017 – PC N.º 251/17, DATADO DE 20/06/2017 – PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA.

1089 - Presente requerimento n.º 1723/17, datado de 2017/10/04, constante do processo camarário n.º 251/17, subscrito por **PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA**, com o NIPC 500846090, com sede em Avenida Vítor Gallo, n.º 83C, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da obra de **“Construção de conjunto habitacional”**, composto por cinco fogos, a levar a efeito num prédio rústico sito no lugar de

Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.725 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 2.627.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2017/11/21, 2017/09/14 e de 05/09/2017, referentes, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUEo pedido de licenciamento da obra de “*Construção de conjunto habitacional*”, composto por cinco fogos, a levar a efeito num prédio rústico sito no lugar de Comeira, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 13.725 e inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Marinha Grande sob o artigo número 2.627, com o número de processo 215/15, com data de entrada em 2017/06/20, apresentado por PEREIRA COSTA & GAMEIROS, LDA, com o NIPC 500846090, com sede em Avenida Vítor Gallo, n.º 83C, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1. Os exemplares a plantar propostos para as caldeiras de árvore que pontuam o estacionamento, deverão ter tamanho homogéneo – PAP 10/12, com uma altura entre 2,20m e 2,50m;
2. Deverá garantir a aplicação de tutores duplos, em madeira tratada por autoclave, fixados no fundo da cova de plantação e com altura adequada à função a que se destinam;
3. Deverá garantir a qualidade da terra vegetal a colocar nas covas de plantação;
4. Deverá garantir nas caldeiras a aplicação de tela anti-ervas, densidade 120gr/m2 e o revestimento da área com material inerte (por exemplo casca de pinheiro tratada, ou seixo rolado, ou material desagregado com resina aglomerante ou outra solução adequada) com espessura adequada com vista a evitar o aparecimento de infestantes e a perda de humidade por evaporação.
5. Deverá solicitar aos Serviços de Águas e Saneamento a ligação da rede predial de água e rede de drenagem predial de águas residuais domésticas e pluviais, às redes públicas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais existentes na rua Filarmónica Recreativa Amieirinhense.

Mais delibera informar o requerente que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

9 - REQ. N. 1733/17, DATADO DE 06/10/2017 – PC N.º 93/07, DATADO DE 06/02/2007 – MORGADO RUIVO & FILHOS, LDA.

1090 - Presente requerimento n.º 1733/17, datado de 2017/10/06, constante do processo camarário n.º 93/17, subscrito por **MORGADO RUIVO & FILHOS, LDA.**, com o NIPC 501514546, com sede em rua da Relvinha, n.º 11, lugar de Machados, freguesia de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leira, referente ao pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Construção de um edifício de habitação*”, incidente sobre um prédio urbano,

identificado pelo lote n.º 4 do loteamento urbano sito no lugar de Bregieiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15569 e inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 18242.
Presentes pareceres técnicos dos serviços, datados de 2017/09/12 e 2017/11/03, referentes, respetivamente, aos projetos de arquitetura e das especialidades apresentados.

Após a análise da pretensão e considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/14, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, o pedido de licenciamento das alterações à obra de “*Construção de um edifício de habitação*”, incidente sobre um prédio urbano, identificado pelo lote n.º 4 do loteamento urbano sito no lugar de Bregieiras, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.569 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 18.242, com o número de processo 93/07, com data de entrada em 2007/02/06, apresentado por MORGADO RUIVO & FILHOS, LDA., com o NIPC 501514546, com sede em rua da Relvinha, n.º 11, lugar de Machados, freguesia de Santa Eufémia e Boa Vista, concelho de Leira.

Mais delibera MANDAR EMITIR A CERTIDÃO comprovativa em como o edifício, tal como se encontra concebido, reúne em projeto, os requisitos legais necessários à sujeição ao Regime de Propriedade Horizontal, conforme previsto no art. 1414.º e seguintes do Capítulo VI (Propriedade Horizontal) do Código Civil em vigor, nos termos previstos no n.º 3 do art. 66.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

10 - REQ. N. 1900/17, DATADO DE 06/11/2017 – PC N.º 187/15, DATADO DE 04/06/2015 – TOBEHOME - IMOBILIÁRIA S.A.

1091 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1900/17, datado de 06/11/2017, apresentado por **TOBEHOME - IMOBILIÁRIA S.A.**, com o NIPC 507185625, com sede em Rua Latino Coelho, n.º 1, Edifício HI FLY Sala 5, 6.º, Avenidas Novas, Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Marquês de Pombal, n.º 90, objeto de legalização e alterações, licenciadas no âmbito do processo n.º 187/15, tituladas pelo alvará de licença de legalização, alteração e demolição n.º 111/15, emitido em 17/12/2015, e pelo alvará de licença especial para conclusão de obra n.º 33/17, emitido em 06/06/2017

Presente parecer técnico datado de 17/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista no artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Marquês de Pombal, n.º 90,

freguesia e concelho de Marinha Grande propriedade de TOBEHOME - IMOBILIÁRIA S.A., com o NIPC 507185625, com sede em Rua Latino Coelho, n.º 1, Edifício HI FLY Sala 5, 6.º, Avenidas Novas, Lisboa, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

11 - REQ. N. 1937/17, DATADO DE 13/11/2017 – PC N.º 504/17, DATADO DE 13/11/2017 – MARIA GRACIETE DA SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA

1092 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1937/17, datado de 13/11/2017, apresentado por **MARIA GRACIETE DA SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA**, com o NIF 111918359, representada por João Manuel Vilela Lúcio Pereira, com morada em Rua Infante D. Henrique, n.º 16, Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Engenheiro André Navarro, n.º 17, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1065/1954, titulada pelo alvará de construção n.º 249, emitido em 30/09/1955.

Presente parecer técnico datado de 20/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Engenheiro André Navarro, n.º 17, freguesia e concelho de Marinha Grande propriedade de **MARIA GRACIETE DA SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA**, com o NIF 111918359, representada por João Manuel Vilela Lúcio Pereira, com morada em Rua Infante D. Henrique, n.º 16, Lisboa, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra

- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

12 - REQ. N. 1918/17, DATADO DE 09/11/2017 – PC N.º 499/17, DATADO DE 09/11/2017
– ROSINDA DE OLIVEIRA MENDES FERNANDES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA

1093 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1918/17, datado de 09/11/2017, apresentado por **ROSINDA DE OLIVEIRA MENDES FERNANDES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**, a que corresponde o NIF 709843836, representada por Manuel Francisco Fernandes, com morada em Rua dos Caçadores, n.º 8, Queitide, Vinha da Rainha, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua das Empalhadeiras de Garrafões, n.º 10 cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1394/1973, titulada pelo alvará de construção n.º 1002, emitido em 12/12/1973.

Presente parecer técnico datado de 20/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua das Empalhadeiras de Garrafões, n.º 10, freguesia e concelho de Marinha Grande propriedade de **ROSINDA DE OLIVEIRA MENDES FERNANDES - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA**, a que corresponde o NIF 709843836, representada por Manuel Francisco Fernandes, com morada em Rua dos Caçadores, n.º 8, Queitide, Vinha da Rainha, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

13 - REQ. N. 1894/17, DATADO DE 06/11/2017 – PC N.º 495/17, DATADO DE 06/11/2017 – RAMIRO MIRANDA GERMANO

1094 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1894/17, datado de 06/11/2017, apresentado por **RAMIRO MIRANDA GERMANO**, com o NIF 137766777, a residente na Rua da Vieira, n.º 54, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, solicitar a autorização de utilização para o edifício sito na Rua Nossa Srª da Ajuda, Passagem, Vieira de Leiria objeto de obras de remodelação e ampliação, licenciadas no âmbito do processo n.º 200/94, titulada pelo alvará de construção n.º 28/96, emitido em 15/01/1996.

Presente parecer técnico datado de 20/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua Nossa Srª da Ajuda, Passagem, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande propriedade de **RAMIRO MIRANDA GERMANO**, com o NIF 137766777, a residente na Rua da Vieira, n.º 54, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**14 - REQ. N. 1975/17, DATADO DE 20/11/2017 – PC N.º 513/17, DATADO DE 20/11/2017
– DAVID PACHECO NEVES E ANA RITA DE SÁ PESSOA CORREIA BORGES**

1095 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1975/17, datado de 20/11/2017, apresentado por **DAVID PACHECO NEVES**, com o NIF 219362785, e por **ANA RITA DE SÁ PESSOA CORREIA BORGES**, com o NIF 217570720, ambos residentes na Rua D. Luís de Atayde, n.º 16, Peniche, solicitar a autorização de utilização para a fração “M”, correspondente ao terceiro andar frente do edifício sito na Av. Aníbal Guedes Coelho, Lote 5, freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1118/01, titulada pelo alvará de construção n.º 804/02, emitido em 04/11/2002 e pelo alvará de alterações n.º 76/08, emitido em 28/03/2008.

Presente parecer técnico datado de 21/11/2017, bem como despacho do Vereador do Pelouro do Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território, no uso da competência delegada em 03/11/2017 pela Presidente da Câmara Municipal, a determinar a realização da vistoria prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “M”, correspondente ao terceiro andar frente do edifício sito na Av. Aníbal Guedes Coelho, Lote 5, freguesia e concelho de Marinha Grande propriedade de **DAVID PACHECO NEVES**, com o NIF 219362785, e de **ANA RITA DE SÁ PESSOA CORREIA BORGES**, com o NIF 217570720, ambos residentes na Rua D. Luís de Atayde, n.º 16, Peniche, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheiro Rui Vicente
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Carlos Duarte

Dos técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

**15 - REQ. N. 1714/17, DATADO DE 02/10/2017 – PC N.º 496/2017, DATADO DE 02/10/2017
– FERNANDA MARIA DA SILVA BAROSA FERREIRA**

1096 - Presente requerimento registado sob o n.º 1714/17, datado de 02/10/2017, apresentado por **FERNANDA MARIA DA SILVA BAROSA FERREIRA**, com o NIF 186025670, residente em Rua da Estrela, n.º 18, Costa de Baixo, Maceira, na qualidade de

proprietária da fração “C” do edifício, é solicitada uma vistoria ao imóvel sito em Avenida 1.º de Maio, n.º63, freguesia e concelho de Marinha Grande, face à alegada existência de perigo de queda de elementos das fachadas e rotura que origina infiltrações para o túnel de acesso às traseiras do edifício, alertando, ainda, para a utilização indevida de uma garagem como habitação, sem quaisquer condições.

Presente parecer dos serviços, datado de 21/11/2017, sobre o assunto.

Após análise pedido e da informação datada de 21/11/2017, a Câmara Municipal delibera:

Nos termos do n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º136/2015, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE VISTORIA ao imóvel sito em Avenida 1.º de Maio, n.º63, freguesia e concelho de Marinha Grande, para verificação das condições que possam, eventualmente, apresentar riscos de segurança e salubridade, e da alegada utilização de uma garagem para fins diferentes do licenciado, bem como proceder à identificação das adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devam ser implementadas, assim como medidas de tutela e restauração da legalidade eventualmente aplicáveis à alegada utilização ilegal de uma garagem e, bem assim, as respostas aos quesitos que sejam eventualmente formuladas pelos proprietários. DETERMINAR que a vistoria seja realizada no dia 13/12/2017, pelas 10h00, e que a respetiva Comissão de Vistorias, tenha a seguinte composição:

Membros efetivos:

**Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Vasco Fernandes**

Membros suplentes:

**Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteto Alexandre Fava
Dr. Hugo Areal**

NOTIFICAR a requerente bem como os demais proprietários de frações do imóvel, identificados no requerimento formulado, da realização da vistoria, convocando-os para estarem presentes na mesma.

INFORMAR a requerente, bem como os demais proprietários de frações do imóvel, que, nos termos do n.º 3 do art.º 90 do RJUE, até à véspera da vistoria, poderão indicar um perito para intervir na realização da vistoria e formular quesitos a que deverão responder os técnicos nomeados.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

16 - REQ. N. 1626/17, DATADO DE 18/09/2017 – PC N.º 418/17, DATADO DE 18/09/2017 – FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA

1097 - Presente requerimento apresentado pela **FUNDAÇÃO MARIA DA CONCEIÇÃO E HUMBERTO HORTA**, pessoa coletiva de utilidade pública, com sede em Casal Garcia Mogo, Freguesia de Salvador de Torres Novas, concelho de Torres Novas solicitou, através dos requerimentos com os registos de entrada n.º 1626/17, de 18 de setembro e n.º 1757/17, de 12 de outubro, a isenção do pagamento das taxas devidas no procedimento n.º 418/17,

de autorização de utilização, para culto religioso, de um imóvel sito na Rua do Ribeiro, n.º 38, Pedra de Baixo, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, de que é proprietária.

Considerando que:

- A Fundação Maria da Conceição e Humberto Horta, com sede em Casal Garcia Mogo, Freguesia de Salvador de Torres Novas, concelho de Torres Novas, proprietária de um imóvel sito na Rua do Ribeiro, n.º 38, Pedra de Baixo, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento, com o registo de entrada n.º 1626/17, de 18 de setembro de 2017, complementado por um outro, com o registo de entrada n.º 1757/17, de 12 de outubro de 2017, a solicitar a isenção do pagamento de taxas devidas no procedimento de autorização de utilização, para culto religioso, do referido imóvel;
- O processo em causa tramitou nesta Câmara Municipal sob o n.º 418/17;
- De acordo o artigo 1.º dos seus estatutos, a requerente é uma fundação de solidariedade social, sem fins lucrativos, de carácter religioso;
- A interessada tem por objetivos promover e melhorar a condição de vida dos idosos e das crianças que são desprezadas e maltratadas pelos pais e pela sociedade, dignificar a atividade dos educadores através de iniciativas culturais, profissionais, sociais e religiosas;
- O pedido de autorização de utilização foi indeferido por despacho do vereador responsável pela área do urbanismo, datado de 03-11-2017;
- Esta decisão suportou-se no auto de vistoria, datado de 25-10-2017, que refere que a construção não foi executada de acordo com o projeto de arquitetura aprovado em reunião camarária de 14-09-1983;
- A alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande preceitua que pode haver lugar à isenção do pagamento de taxas ou à sua redução no caso de pessoas coletivas de utilidade pública, instituições particulares de solidariedade social e associações religiosas, entre outras, desde que legalmente constituídas, relativamente às pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;
- A interessada integra o grupo de entidades que podem usufruir da mencionada isenção ou redução de taxas e encontra-se legalmente constituída;
- A não observância do projeto de arquitetura, devidamente licenciado pela Câmara Municipal, impede que a construção possa ser utilizada para o fim pretendido pela interessada e estatutariamente consagrado, isto é, para fim religioso (celebração de culto);
- Por este motivo não se encontra preenchida a condição constante da alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º *in fine* do Regulamento Municipal de Edificação e de Urbanização do Município da Marinha Grande, respeitante à isenção de taxas no caso de pretensões que visem a prossecução dos fins estatutários da entidade requerente;

A Câmara Municipal delibera INDEFERIR o pedido para isenção do pagamento das taxas devidas no procedimento n.º 418/17, de autorização de utilização, para celebração de culto religioso, de um imóvel sito na Rua do Ribeiro, n.º 38, Pedra de Baixo, Freguesia e Concelho da Marinha Grande, apresentado pela Fundação Maria da Conceição e Humberto Horta, pessoa coletiva de utilidade pública, com sede em Casal Garcia Mogo, Freguesia de Salvador de Torres Novas, concelho de Torres Novas, respeitante ao referido edifício, por o mesmo não poder ser usado para celebração de culto religioso, não preenchendo, por isso, a condição imposta pela alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º *in fine* do mencionado Regulamento Municipal da Edificação e

Urbanização do Município da Marinha Grande, de o pedido visar a prossecução dos seus fins estatutários.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

17 - E/7728/2017 - PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ABERTURA DE VALA PARA EXECUÇÃO RAMAIS DOMICILIÁRIOS DE GÁS NATURAL - LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A

1098 - Presente requerimento com o registo de entrada número E/7728/2017, datado de 28/08/2017, referente ao pedido de ocupação da via pública, apresentado por **LUSITANIAGÁS - COMPANHIA DE GÁS DO CENTRO, S.A.**, com o NIPC 502761024, para abertura de vala para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua da Embra, n.º 21 e no Largo Casal dos Ossos, n.º 16, freguesia e concelho de Marinha Grande, num total de 5,00 metros de pavimento em calçada e 2,00 metros de passeio.

Presente parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, datado de 19/09/2017, sobre o assunto, bem como despacho do Sr. Presidente da Câmara datado de 20/09/2017.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 7.º do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/09:

Emitir parecer FAVORÁVEL ao pedido de ocupação da via pública para abertura de vala em 5,00 metros de pavimento em calçada e 2,00 metros de passeio, para realização de trabalhos em subsolo, referentes à Execução de Ramais Domiciliários de Gás Natural, a levar a cabo na Rua da Embra, n.º 21 e no Largo Casal dos Ossos, n.º 16, freguesia e concelho de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- a) Os pavimentos deverão ser repostos nas devidas condições;**
- b) Deverão contactar previamente os serviços da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, para acompanhamento da execução dos trabalhos.**
- c) Deverão, ainda, ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do RMEUMG - Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, e demais legislação aplicável.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

18 - DEFINIÇÃO DAS ÁGUAS BALNEARES E ÉPOCA BALNEAR PARA 2018 / APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DE DURAÇÃO DA ÉPOCA BALNEAR À APA - AGÊNCIA PORTUGUESA DE AMBIENTE – ARHTEJO E ARHCENTRO

1099 - Presente ofício da Agência Portuguesa do Ambiente com referência SO64699-201711-ARHCTR – ARHC.DPI.00067.2017 registado com a entrada n.º 102316/2017 de 14 novembro 2017, solicitando que a Câmara Municipal nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 113/2012, de 23 de Maio, manifeste o interesse em manter as condições para a prática

banhear, as infraestruturas, equipamentos e a assistência a banhistas, para as águas balneares já identificadas bem como possíveis propostas para novas águas balneares para a época 2018.

É igualmente solicitado a definição da duração da época banhear — artigo 5.º da legislação referida anteriormente.

Presente igualmente informação da Chefe da Divisão de Ordenamento do Território Divisão, IM/21/2017, datada de 22 Novembro 2017.

Após a análise do pedido e informação técnica em anexo, **a Câmara delibera informar** que nos termos do número 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 135/2009 de 3 de Junho com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, *“competete à APA, I. P., proceder à identificação anual das águas balneares, até 23 de novembro do ano precedente ao da época banhear em causa, com a colaboração das autarquias locais e das entidades responsáveis por descargas no meio hídrico e no solo”, as águas balneares costeiras*, com interesse em manter as condições da prática banhear, as infraestruturas, equipamentos e assistência a banhistas, à semelhança dos anos anteriores, no Município da Marinha Grande são: a **Praia da Vieira** (ARH Centro), as Praias das **Pedras Negras, Praia Velha e S. Pedro de Moel** (ARH Tejo).

Mais se informa que de acordo com o preceituado no número 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 135/2009, de 3 de Junho, com a nova redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 113/2012, de 23 de Maio, a duração da época banhear para cada água banhear é definida em função dos períodos em que se prevê uma grande afluência de banhistas, tendo em conta as condições climáticas e as características geofísicas de cada zona ou local, e os interesses sociais ou ambientais próprios da localização.

Desta forma tendo em conta o exposto anteriormente e ao balanço da época banhear de 2017, **delibera-se a duração da próxima época banhear 2018 da seguinte forma:**

- **Praia de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira, do dia 1 de junho a 30 de setembro de 2018;**
- **Praias das Pedras Negras e Praia Velha, do dia 15 de junho a 15 de setembro de 2018.**

Relativamente à informação de *“...quais as expectativas, de nas praias do Município, ficar assegurada a segurança dos banhistas na próxima época banhear de 2018...”*, **a Câmara delibera informar**, que à semelhança dos anos anteriores, ao serem definidas as épocas balneares é fixado o período de tempo ao longo do qual vigora a obrigatoriedade de garantia da assistência aos banhistas e encontrando-se as praias do município concessionadas — sendo que uma Praia concessionada é uma área de uma praia relativamente à qual é licenciada ou autorizada a prestação de serviços a utentes por entidade privada (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto) em que o Concessionário é o titular de licença ou autorização para a exploração de equipamentos ou instalações balneares, mediante o pagamento de uma taxa, bem como prestação de determinados serviços de apoio, vigilância e segurança aos utentes da praia (definição constante da Lei 44/2004, de 19 de agosto), o Município da Marinha Grande espera o cumprimento das obrigações cometidas a cada uma das entidades.

Deste modo a Câmara analisou e delibera, por unanimidade, comunicar à Agência Portuguesa do Ambiente – ARH Tejo e ARH Centro, a presente deliberação.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

A Câmara Municipal, numa aposta clara no Turismo e na diferenciação das suas praias em relação aos concelhos vizinhos, e sensível às dificuldades que os concessionários sentem para assumirem os encargos relativos aos nadadores salvadores, e neste ano de 2018 com um período alargado aos 4 meses, assumirá os encargos relativos às despesas para contratação dos nadadores salvadores para as praias do concelho durante os meses de junho a setembro de 2018.

Esta iniciativa mereceu o apoio de todos os membros do executivo.

19 - COLOCAÇÃO DE DOIS SINAIS NO ESTACIONAMENTO DA IGREJA DO PILADO

1100 - Presente, comunicação do Gabinete da Presidente a solicitar aos serviços da DOT (Divisão de Ordenamento do Território), para verificar da possibilidade de colocar dois sinais no estacionamento da Igreja do Pilado, sendo um dos sinais reservado a deficientes e outro reservado ao Serviço da Paróquia.

Presente informação técnica RV-27-2017 de 22-11-2017, a propor uma solução para o caso. Considerando que:

- Existe uma gare de estacionamento na Rua Amílcar Paulo Grilo com capacidade para o estacionamento de duas viaturas onde se localiza a Igreja.
- Os serviços técnicos camarários analisaram a questão e propõe a colocação de dois sinais, sendo um de estacionamento autorizado H1a com painel adicional Modelo 11d e outro sinal de Estacionamento autorizado (H1a) com painel adicional do Modelo 14, com inscrição "Serviço da Paróquia", conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, na gare de estacionamento na Rua Amílcar Paulo Grilo junto à Igreja.

A Câmara Municipal, depois de analisar o assunto, bem como a solução apresentada pelos serviços técnicos camarários delibera, ao abrigo da alínea qq) do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, alterado pelos Decretos-Lei n.ºs 72/2013 de 03 de setembro e 146/2014, de 09 de outubro, mandar colocar dois sinais, sendo um de estacionamento autorizado H1a com painel adicional Modelo 11d e outro sinal de estacionamento autorizado (H1a) com painel adicional do Modelo 14, com inscrição "Serviço da Paróquia", conforme estabelecido no Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, na gare de estacionamento na Rua Amílcar Paulo Grilo junto à Igreja.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

20 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MARINHA GRANDE PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS NA CAMARATA FEMININA E BENEFICIAÇÃO DA CENTRAL DE COMUNICAÇÕES – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

1101 - Presente ofício da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Marinha Grande (AHBVMG), de 2017-11-20, com carimbo de entrada datado de 2017-11-22, remetido à Câmara Municipal da Marinha Grande, solicitando a prorrogação do prazo de entrega da documentação para 30 de junho de 2018.

O projeto de arquitetura necessário à execução das obras a realizar no quartel dos bombeiros voluntários da Marinha Grande foi aprovado em reunião de câmara de 07 de setembro de 2017.

Os projetos de especialidades foram entregues na CMMG em 11 de setembro de 2017, tendo sido aprovados na reunião de câmara de 22 de setembro de 2017.

Para além dos atrasos referidos pela direção da AHBVMG e que foram encurtando o prazo útil disponível para a execução da obra, os bombeiros da Marinha Grande foram muito vezes para fora do concelho, apoiar outros corpos de bombeiros, havendo muitas vezes bombeiros a descansar no quartel durante o dia, impossibilitando o empreiteiro de trabalhar para não fazer barulho e para não perturbar o seu descanso.

Esta situação foi particularmente agravada a partir do dia 15 de outubro, devido ao grande incêndio que lavrou no concelho da Marinha Grande, na sequência do qual, durante quase três semanas, ocorreram reativações diariamente.

Assim, a Câmara Municipal, delibera, no exercício da competência referida na alínea o), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prorrogar o prazo de entrega da documentação até ao dia 30 de junho de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

21 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS

1102 - A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização de eventos para angariação de fundos até 31 de dezembro de 2017;
- Licença de recintos Itinerantes e Improvisados;
- Autorização para a realização de atividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas;
- Licença de publicidade.

O Clube de Atletismo da Marinha Grande, solicitou à Câmara Municipal a isenção do pagamento da taxa municipal, para a realização da atividade a seguir elencada:

- Licença especial de ruído para a realização do 12.º Corta Mato Jovem - Rota do Vidro a realizar no dia 03 de dezembro de 2017.

Presentes as informações nº 79/LS de 17 de novembro de 2017 e 80/LS de 21 de novembro de 2017, fundamentadas de facto e de direito nos termos do nº 6 do artigo 14º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, nos termos da alínea a) e b) do nº 3 do artigo 14.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, pode isentar as Juntas de Freguesia, as associações de bombeiros, as fundações, as associações culturais, desportivas e recreativas legalmente constituídas, fábricas da igreja, agrupamentos de escolas e associações de pais e encarregados de educação legalmente constituídas e sem fins lucrativos, com sede no concelho da Marinha Grande, do pagamento das taxas previstas no citado Regulamento.

Assim, ao abrigo da competência prevista na alínea a) e b) do nº 3 e n.º 6 do artigo 14.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera, relativamente às atividades identificadas, isentar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e o Clube de Atletismo da Marinha Grande, do pagamento das taxas devidas pela emissão das licenças especiais de ruído, recintos itinerantes/improvisados, das autorizações para realização de atividades de caráter desportivo, festivo ou outras que possam afetar o trânsito normal das vias públicas e das licenças de publicidade.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

22 - AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DE TAXAS EM PRESTAÇÕES

1103 - Presente o requerimento:

- Registo de entrada E/10057/2017 datado de 02-11-2017 em que Maria Madalena Silva Paulino Canossa, solicita à Câmara Municipal o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 264 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais;

Nos termos do nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal pode autorizar o pagamento em prestações das taxas nele previstas, mediante requerimento fundamentado e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do citado artigo.

Presente a informação nº 9/LS, de 30 de outubro de 2017, onde se confirma que o pedido está instruído e acompanhado dos elementos previstos no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande.

Assim, ao abrigo da competência prevista no nº 1 do artigo 17.º do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, a Câmara Municipal delibera autorizar a Maria Madalena Silva Paulino Canossa, o pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua nº 264 do Cemitério de Casal Galego, no valor de 1.000,00€, em 8 prestações mensais.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

As Srs.ªs Vereadoras Alexandra Dengucho e Lara Lino proferiram a seguinte declaração de voto:

“As vereadoras do PCP, Alexandra Dengucho e Lara Lino declaram votar favoravelmente a autorização para pagamento da taxa de concessão da sepultura perpétua em 8 prestações mensais no entanto entendem apresentar os seguintes considerandos:

- 1. Desde há vários anos que o PCP tem vindo a propor a revisão em baixa da Tabela de Taxas do Município da Marinha Grande, não concordando com os valores praticados atualmente.*
- 2. Neste ponto em concreto, a taxa para a concessão da sepultura perpétua sofreu um aumento de cerca de 330%, passando de 300€ para 1000€, considera-se este aumento completamente abrupto e inadequado.*

3. *É evidente o esforço que este aumento obriga às famílias, que se confirma pelos sucessivos pedidos de pagamento em prestações.*

Esta é uma decisão de carácter social, que deve ser revista com a máxima urgência, ajustada às condições de vida da população de Marinha Grande pelo que se propõe a revisão em baixa das Taxas Municipais.”

23 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DA PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017 – ISENÇÃO DE TAXAS PELA EMISSÃO DE LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO.

1104 - A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vieira de Leiria, solicitou a isenção da taxa pela emissão de licença especial de ruído para a realização do Freestyle Solidário a decorrer no dia 26 de novembro de 2017, no valor de 55,29€, ao abrigo do disposto no artigo 14.º, n.º 3, alínea b), do Regulamento de Taxas do Município da Marinha Grande, em vigor no Município da Marinha Grande.

Considerando a data da iniciativa, perante a urgência e por não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara, ao abrigo da competência que confere o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, por despacho da Sr.ª Presidente, foi autorizada a isenção do pagamento da taxa pela emissão da respetiva licença de ruído, ficando este ato sujeito a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática, sob pena de anulabilidade.

Face ao exposto, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do disposto no artigo 35º, n.º 3, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, ratificar o despacho da Presidente da Câmara, datado de 21 de novembro do corrente ano, respeitante à isenção das taxas pela emissão de licença especial de ruído, para a realização do Freestyle Solidário, a decorrer no dia 26 de novembro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

24 - ESCALAS DE TURNOS DAS FARMÁCIAS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2018 – EMISSÃO DE PARECER

1105 - Presente email da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., datado de 07 de novembro de 2017, a remeter as propostas de escalas de turnos das farmácias do Município da Marinha Grande para o ano 2018.

A Câmara Municipal delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 277/2012, de 12 de setembro, depois de verificar que as escalas de turnos das farmácias instaladas na área do Município da Marinha Grande, se enquadram no regime de disponibilidade previsto na legislação em vigor, emitir parecer favorável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

25 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – EMBATE DE VEÍCULO EM SINAIS DE TRÂNSITO - TRABALHOS TEMPORÁRIOS NA VIA - REQUERENTE: SÓNIA MARIA SILVA MATOS – APRECIACÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.

1106 - Presente requerimento apresentado 27-04-2015, por Sónia Maria Silva Matos, residente na Rua Tenente Cabeleira Filipe, n.º 24, 3.º E, Marinha Grande, no qual refere tão só a apenas, que o seu veículo foi interveniente num sinistro no passado dia 13-03-2017, devido a obras mal sinalizadas, cuja responsabilidade afirma ser da Câmara Municipal da Marinha Grande, na Rua do Lamarão à Embra.

Presentes informações da DISU-Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, de 15-07-2015 e 11-10-2017, sobre os factos relatados pela requerente e sobre as circunstâncias concretas da via de circulação em causa, no dia do acidente - sinalização temporária de trabalhos na via.

Presente Informação jurídica n.º I/2904/2017-FO, de 17-10-2017, na qual se apreciam os factos invocados e as provas produzidas e se conclui pela não verificação cumulativa de todos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas coletivas públicas no domínio dos atos de gestão pública) designadamente o pressuposto do nexo de causalidade entre um eventual facto ilícito imputável ao município e o dano eventualmente sofrido condutora do veículo.

E se conclui também que ainda que o pedido da requerente se encontrasse devidamente formulado e fundamentado, não seria o mesmo suscetível de justificar uma indemnização do valor total da reparação, porque para os danos alegados também concorreu o comportamento imprudente da condutora, o que daria lugar a uma repartição do dano real, em resultado do concurso de culpas e da respetiva graduação, face ao disposto no art.º 4.º da citada Lei n.º 67/2007, relativo à culpa do lesado, pelo que se propõe o indeferimento do pedido apresentado por Sónia Maria Silva Matos.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/2904/2017 - FO, que fica anexa (Anexo 3) à presente ata e que aqui se dá para todos os legais efeitos por integralmente reproduzida, delibera notificar a requerente, Sónia Maria Silva Matos, do presente projeto de decisão final de indeferimento do pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 121.º e 122.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

26 - VEÍCULOS ABANDONADOS E EM ESTACIONAMENTO ABUSIVO EM ESPAÇOS PÚBLICOS - BLOQUEAMENTO E REMOÇÃO PARA DEPÓSITO - AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO - DESTINO FINAL DOS VEÍCULOS.

1107 - No passado mês de novembro de 2016, foi efetuado o levantamento de veículos abandonados em espaço público e estacionados abusivamente, com os consequentes atos de aviso para remoção voluntária, bloqueamento e remoção para depósito nos Estaleiros Municipais.

Dos 19 veículos existentes em depósito, 17 deles foram já adquiridos por ocupação e abandono, por deliberações tomadas pela Câmara Municipal.

Findo o prazo concedido aos proprietários ou outros titulares de direitos sobre os veículos, para procederem ao levantamento dos mesmos, são considerados abandonados e adquiridos por ocupação, os veículos que não tenham sido reclamados - art.º 19.º, n.º 1 do Regulamento Municipal de Bloqueamento, Remoção, Depósito e Abandono de Veículos no Município da Marinha Grande, pelo que encontram-se agora também em condições de poderem ser adquiridos, por abandono, os dois restantes veículos existentes no depósito municipal que se passam a identificar:

1. Matrícula 93-80-TZ, Rover 620 SDI, verde, em estado de conservação razoável, propriedade de Lisley Cristina Tomadon Marques Pinto, que foi notificada por edital n.º 33/DJC/2017, de 13-09-2017 (proc.º n.º 7/2016);
2. Matrícula OI-96-45, Renault 5 GTR, branco, em mau estado de conservação, propriedade de Manuel Francisco Duque Martins, penhorado pelo Serviço de Finanças do Crato, à guarda do Agente da Insolvência decretada no proc.º 327/14.TBPTG-C. Por ofício de 03-11-2017 (registo E/10162/2017), o Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre informou que nada tem a obstar ao envio do veículo para destino final adequado e entendido por conveniente por esta Município (proc.º n.º 21/2016).

A Câmara Municipal apreciou o exposto e ao abrigo do previsto nos nºs. 1 a 3 do art.º 19.º, do Regulamento Municipal de Bloqueamento, Remoção, Depósito e Abandono de Veículos no Município da Marinha Grande, delibera adquirir, por abandono, os dois veículos automóveis supra identificados e determinar a adoção dos procedimentos necessários à sua alienação para destino final adequado, conforme previsto no “Protocolo de Colaboração com Vista à Gestão Ambientalmente Equilibrada de Veículos em Fim de Vida”, celebrado entre esta Câmara Municipal e a VALORCAR-Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda..

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

27 - REDE DE ABASTECIMENTO EM ALTA - SÃO PEDRO DE MOEL - ESTABILIZAÇÃO DE TALUDES – CONCURSO PÚBLICO N.º 31/2017. LISTAS DE ERROS E OMISSÕES

1108 - Presente informação técnica, com a ref.ª CS/49/2017, que fica anexa e se dá por integralmente reproduzida, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas por diversos interessados na fase de formação do contrato e se propõe a aceitação de erros e omissões do projeto sem alteração do preço base, no âmbito do concurso público que tem por objeto “Rede de abastecimento em alta - São Pedro de Moel - Estabilização de taludes”.

Considerando que constitui competência da Câmara Municipal a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelos interessados, de acordo com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos.

Assim, a Câmara Municipal delibera, em conformidade com o proposto na informação técnica CS/49/2017, que se dá por integralmente reproduzida e fica anexa (Anexo 4**), de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com o artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos, aprovar:**

- a) os erros e omissões do projeto de execução, nos termos da informação técnica supra citada;
- b) a rejeição dos restantes erros e omissões apresentados pelos interessados, nos termos da informação técnica supra citada;
- c) o mapa de quantidades final;
- d) a prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas em cinco dias, a contar da publicação, em Diário da República, do respetivo anúncio.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

28 - RECEÇÃO DEFINITIVA

1109 - Presente Auto de Receção Definitiva da obra “Beneficiação da rua da Indústria – Concurso Público n.º 04/2009”, adjudicada por deliberação de Câmara, de quinze de julho de dois mil e dez, à empresa “Construções António Leal, SA”.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a obra foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções dos Serviços de Fiscalização da Câmara, delibera receber definitivamente a obra antes enunciada, de acordo e para os efeitos do previsto no artigo 398.º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

29 - “REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - MARINHA GRANDE – CONCURSO PÚBLICO N.º 16/2017” – PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA.

1110 - Presente Plano de Segurança e Saúde apresentado pela firma “VALEIXA CONSTRUÇÃO CIVIL, L.DA” para a execução da obra em epígrafe.

Presente informação técnica com a ref.ª PG51/17, datada de 21/11/2017, pela qual se atesta que o plano de segurança e saúde apresentado obedece na generalidade à estrutura estipulada no ponto 2. do art. 11º do Dec.- Lei N.º 273/03, de 29 de outubro e às restantes exigências legais aplicáveis.

Considerando que cabe ao dono da obra aprovar o plano de segurança e saúde para a execução da obra, nos termos do artigo 12º do referido Decreto – Lei.

Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar o Plano de Segurança e Saúde para a execução da empreitada designada por “REQUALIFICAÇÃO DA EB GUILHERME STEPHENS - MARINHA GRANDE – CP N.º 16/2017”, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 12º, do Decreto - Lei N.º 273/03, de 29 de outubro.

Delibera ainda designar o coordenador de segurança o técnico Pedro Gomes, de acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 9º do citado Decreto – Lei 273/03, com efeitos à data da informação técnica que fica anexa.

A deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

30 - 17.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2017

Discutido e votado no início da reunião.

31 - P.A. N.º 109/2017-AP/DFTI – “CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE PARA O ANO 2018”. - ADJUDICAÇÃO

1111 - Presente o processo de aquisição nº 109/2017 – AP/DFTI, realizado de acordo com deliberação camarária de 22 de setembro de 2017, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 22/11/2017, no qual é proposta a adjudicação da “*Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2018*”, à proposta apresentada pelo concorrente Willis – Corretores de Seguros, S.A., pelo valor global de 173.478,89 Euros (cento e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito euros e oitenta e nove centavos), isento de IVA., por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.

Face ao exposto e depois de analisado o Processo de Aquisição n.º 109/2017-AP/DFTI, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148.º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação actual, e de acordo com o artigo 18.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente adjudicar a “*Contratação de Seguros para o Município da Marinha Grande para o ano 2018*”, à proposta apresentada pelo concorrente Willis – Corretores de Seguros, S.A., NIPC 500 188 629, pelo valor global de 173.478,89 Euros (cento e setenta e três mil, quatrocentos e setenta e oito euros e oitenta e nove centavos), isento de IVA., por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.

Mais delibera proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos e que seja notificado o adjudicatário para proceder à apresentação dos documentos de habilitação identificados nas peças do procedimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

32 - P.A. N.º 113/2017-AP/DISU – “AQUISIÇÃO DE 8 VIATURAS LIGEIRAS DE MERCADORIAS ELÉTRICAS” – ADJUDICAÇÃO

1112 - Presente o processo de aquisição nº 113/2017 – AP/DISU, realizado de acordo com deliberação camarária de 22 de setembro de 2017, na sequência de candidatura ao Fundo Ambiental, acompanhado de relatório final do Júri, datado de 22/11/2017, no qual é proposta a adjudicação da “*Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias eléctricas*”, à proposta apresentada pelo concorrente Autogirar-Sociedade Comercial de Automóveis, Lda, NIPC 500 038 813, no valor de 174.992,00 € (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.

Face ao exposto e depois de analisado o processo de aquisição n.º 113/2017-AP/DISU, a Câmara Municipal, concordando com as conclusões do relatório de final, delibera, nos termos dos artigos 73.º, n.º 1 e 148º, n.º 4, ambos do Código dos Contratos Públicos e de acordo com o artigo 33º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, aprovar a proposta constante do referido relatório final e consequentemente adjudicar a “*Aquisição de 8 viaturas ligeiras de mercadorias eléctricas*”, à proposta apresentada pelo concorrente Autogirar-Sociedade Comercial de Automóveis, Lda, NIPC 500 038 813, no valor de 174.992,00 € (cento e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e dois euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, por ser a proposta que apresenta o mais baixo preço.

Mais delibera proceder à aprovação da minuta do contrato, de acordo com o artigo 98º, nº1, do Código dos Contratos Públicos e que seja notificado o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação, nos termos do disposto nas peças do procedimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

33 - COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO OU RENOVAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NOS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2017, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º, N.ºS 4 E 12, DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA O ANO DE 2017.

Considerando que nos termos do artigo 49.º, n.º 4, da Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2017, é preceituado que “...*A celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste...*” e que nos termos n.º 12 da mesma disposição legal é referido que “...*Nas autarquias locais e nas entidades do setor empresarial local, a comunicação prevista no n.º 4 é feita ao órgão executivo...*”;

Remete-se em anexo a lista dos contratos de prestação de serviços celebrados nos meses de setembro e outubro de 2017.

A Câmara Municipal, em cumprimento do preceituado nos n.ºs 4 e 12 do artigo 49.º da LOE de 2017, tomou conhecimento da relação dos contratos de prestação de serviços celebrados nos meses de setembro e outubro de 2017.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que esta comunicação cumpre com a Lei do Orçamento de Estado, mas solicitou que, a partir de agora, seja presente à reunião a lista de todos os contratos que a Câmara assume.

34 - AUDITORIA EXTERNA PARA O ANO DE 2017 – REMESSA DE CARTA DE COMPROMISSO

Tendo presente o registo de entrada E/10302/2017, remete-se para conhecimento pedido dos auditores externos relativo a “*Carta de Compromisso*” a assinar pelo Órgão de Gestão,

no âmbito da contratação de serviços de Certificação Legal de Contas do Município da Marinha Grande e respetivo parecer a emitir por auditor externo, para o ano de 2017.

Atento o exposto, a Câmara tomou conhecimento.

35 - REVISÃO DO VALOR DA RENDA, SOB O REGIME DE ARRENDAMENTO APOIADO, DE LEONILDE HENRIQUES BARREIRO MOREIRA, INQUILINA RESIDENTE NA PRACETA DA LIBERDADE, BLC 2, 1ºESQº - CASAL DE MALTA, POR MOTIVO DE ALTERAÇÃO DO RENDIMENTO DO AGREGADO FAMILIAR.

1113 - Presente informação n.º 418 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 15 de fevereiro de 2017, a dar conta da necessidade de proceder à revisão do valor da renda da habitação em epígrafe, por motivo de alteração no rendimento mensal corrigido do agregado familiar.

Considerando que a Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual estabelece o novo regime do arrendamento apoiado para habitação de fim social e revoga a Lei n.º 21/2009, de 20 de maio e os Decretos-Lei n.º 608/73, de 14 de novembro e 166/93, de 7 de maio;

Considerando que nos termos do artigo 3.º da referida Lei, são apresentadas as definições/ponderações, a ter em conta para o cálculo do valor da renda;

Considerando que o seu artigo 21.º, prevê que o valor das rendas em regime do arrendamento apoiado é determinado pela aplicação de uma taxa de esforço ao rendimento mensal corrigido do agregado familiar, sendo a taxa de esforço (T) o valor arredondado à milésima, que resulta da seguinte fórmula:

$T = 0,067 \times (RMC/I.A.S.)$ em que:

T= taxa de esforço

RMC = Rendimento Mensal Corrigido do Agregado Familiar

I.A.S. = indexante dos Apoios Sociais (421,32€)”

Considerando que ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual, há lugar à revisão da renda, a pedido do arrendatário, nas situações de alteração na composição ou nos rendimentos do agregado familiar.

Considerando a alteração, no rendimento mensal do agregado familiar;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 23.º da mesma Lei, a renda atualizada ou revista, nos termos dos números anteriores, é devida no segundo mês subsequente ao da data de receção, pelo arrendatário, da comunicação do senhorio com o respetivo valor.

Considerando, por fim, os cálculos que se encontram demonstrados na ficha da inquilina e que têm por base os documentos facultados pela própria.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e, em conformidade com o artigo 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual proceder à

revisão da renda de Leonilde Henriques Barreiro Moreira, sendo o valor a aplicar o constante do quadro seguinte:

Praceta da Liberdade

MORADOR	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/16	RENTA/17
Leonilde Henriques Barreiros Moreira	3.º Esq.º	29/07/2014	4,19€	120,29€

Mais delibera, em conformidade com o n.º 6 do art.º 23.º da Lei n.º 81/2014, de 19 de dezembro, na sua redação atual que a aplicação da referida renda entre em vigor a partir do 1.º dia útil de janeiro de 2018.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

36 - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE NOS CONSELHOS GERAIS DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS MARINHA GRANDE NASCENTE, MARINHA GRANDE POENTE E VIEIRA DE LEIRIA

A **Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro** questionou o facto de só estarem a ser designados dois elementos para o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente e para o Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria, parecendo-lhe que deveriam ser três elementos, tal como é feito para o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente.

A **Sr.ª Vereadora Célia Guerra** disse que tinha que ver com os regulamentos internos e esclareceu que o n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, prevê que o número de elementos que compõem cada um dos Conselhos Gerais é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno.

1114 - Atendendo ao despacho de nomeação n.º 490/GP/CF/2017 de 25 de outubro em anexo, que delegou a área da educação na Vereadora Dr.ª Célia Cristina Letra Faustino Guerra;

Atendendo a que nos termos do n.º 2 do artigo 12.º do Decreto -Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto -Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, na composição dos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, tem de estar salvaguardada a participação, entre outros, de representantes do município.

Segundo o n.º 4 do artigo 14º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho os representantes do município são designados pela Câmara Municipal, podendo esta delegar tal competência nas Juntas de Freguesia.

O n.º. 1 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 02 de julho prevê ainda que o número de elementos que compõem cada um dos Conselhos Gerais é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respetivo regulamento interno.

Os regulamentos internos dos Agrupamentos de Escolas da Marinha Grande Nascente e Vieira de Leiria preveem para a constituição do conselho geral, dois representantes do município e o do Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente prevê três representantes do município.

Deste modo, atendendo ao disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, a Câmara Municipal delibera designar como representantes do Município da Marinha Grande nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente, Marinha Grande Poente e Vieira de Leiria, os seguintes elementos:

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

- Célia Cristina Letra Faustino Guerra – Vereadora da Educação, que no caso de falta ou impedimento será substituído pela Chefe de Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Catarina Sofia de Sousa Carvalho.
- Isabel Maria Gonçalves Rodrigues Pereira de Freitas – Presidente da Junta de Freguesia da Marinha Grande

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

- Célia Cristina Letra Faustino Guerra – Vereadora da Educação
- Catarina Sofia de Sousa Carvalho – Chefe de Divisão de Cidadania e Desenvolvimento
- António Soares André – Presidente da Junta de Freguesia da Moita

Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

- Célia Cristina Letra Faustino Guerra – Vereadora da Educação, que no caso de falta ou impedimento será substituído pela Chefe de Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, Catarina Sofia de Sousa Carvalho.
- Álvaro Pinto Cardoso - Presidente da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

37 - ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO EM 2018, DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DA MARINHA GRANDE (APPACDM), PARA SUBSTITUIÇÃO DOS ESTORES DAS JANELAS DO EDIFÍCIO DA SEDE.

1115 - Presente informação n.º 3176/2017 da DCD, datada de 17 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da Associação mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a APPACDM entregou a sua candidatura através do registo de entrada E/8909/2017, datado de 29 de setembro, encontrando-se a mesma devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que a referida candidatura, na modalidade de apoio a infraestruturas, foi avaliada e classificada, nos termos do disposto nos artigos 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultados:

INFRAESTRUTURAS

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8909/2017	504646025	APPACDM	Substituição dos estores das janelas do edifício da sede	29	ADMITIR

Considerando que o regulamento determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis n.º 22/2015, de 17 de março, lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro e lei n.º 20/2012, de 14 de maio);

Considerando que se trata de uma instituição de referência no campo de atuação e intervenção junto da pessoa com deficiência, incapacitada ou em risco de exclusão;

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

INFRAESTRUTURAS

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8909/2017	504646025	APPACDM	Substituição dos estores das janelas do edifício da sede	29	ADMITIR

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

38 - ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO, DO SPORT OPERÁRIO MARINHENSE, PARA A REALIZAÇÃO EM 2018 DOS TORNEIOS DE XADREZ MEMORIAL VAREDA E DE VOLEIBOL DE PRAIA EM SÃO PEDRO DE MOEL

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1116 - Presente informação n.º 3200/2017 da DCD, datada de 20 de novembro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foram rececionadas as seguintes candidaturas para apoio a projetos de caráter desportivo:

Atividades Pontuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8896/2017	29/09/2017	Sport Operário Marinhense	501417702	Torneio de Xadrez Memorial Vareda	Pontual
E/8903/2017	29/09/2017	Sport Operário Marinhense	501417702	Torneio de Voleibol de Praia S. Pedro Moel	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas seleccionadas

para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E/8896/2017	Sport Operário Marinhense	Torneio de Xadrez Memorial Vareda	501417702	34	Admitir
E/8903/2017	Sport Operário Marinhense	Torneios de Voleibol de Praia São Pedro Moel	501417702	34,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

39 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – SINDICATO TRABALHADORES DA INDÚSTRIA VIDREIRA.

1117 - Presente informação n.º2895/2017 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foram objeto de avaliação pela comissão de avaliação, quatro candidaturas que cumpriam os requisitos previstos no regulamento;

Considerando as pontuações obtidas:

Atividades anuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8937/2017	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música e Orquestra da Amieirinha	29,8

Atividades pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8779/2017	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4
E/8764/2017	501082832	Sindicato Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	30,8
E/8232/2017	501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	Passagem de Ano 2017	32,2

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8764/2017	501082832	STIV - Sindicato Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	30,8

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

40 - ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO EM 2018, DA ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II (ANO II) PARA O FUNCIONAMENTO DO CENTRO SÓCIO-SANITÁRIO PORTA AZUL E LOJA SOCIAL.

1118 - Presente informação n.º 3181/2017 da DCD, datada de 17 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativo à proposta de admissão da candidatura da Associação mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a A.N.O. II entregou a sua candidatura no âmbito do programa de apoio anual, através do registo de E/8998/201, através de carta registada com aviso de receção datada de 29 de setembro, encontrando-se a mesma devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando o n.º 1 e n.º 2 do artigo 5.º do regulamento, aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012, com as alterações introduzidas e aprovadas em reunião de 14 de agosto de 2014 e em Assembleia Municipal de 29 de setembro de 2014, a ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II tem a sua sede e desenvolve atividades no concelho/instalações na Marinha Grande com carácter regular, está legalmente constituída e não prossegue fins lucrativos, podendo assim beneficiar de apoios ou benefícios financeiros;

Considerando que a ASSOCIAÇÃO NOVO OLHAR II instruiu a sua candidatura termos do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 4 e 5 do artigo 13.º a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos, cabendo à Câmara Municipal deliberar sobre a decisão final de admissão ou exclusão nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento;

Considerando que a atribuição de qualquer apoio ou benefício depende da demonstração pela entidade beneficiária do cumprimento das suas obrigações fiscais, de contribuições para a segurança social e de quaisquer obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente (artigo 6.º);

Considerando que à **Associação Novo Olhar II (ANO II)**, NIPC 510 280 013, por deliberação de Câmara de 28 de maio de 2015, foi determinada a reposição do apoio financeiro atribuído em 2012, no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), pelo facto de não ter sido efetiva e integralmente demonstrada a sua aplicação às despesas inerentes e decorrentes do trabalho desenvolvido no âmbito do Centro Sócio Sanitário em 2012, nos termos do disposto no art.º 17.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra e n.º 1 do art.º 172.º do C.P.A.;

Considerando que a entidade, até ao presente momento, já efetuou o pagamento das prestações correspondentes aos meses de janeiro a outubro do corrente ano (em anexo) tendo, até ao final deste mês, que efetuar o pagamento do acordo referente ao mês corrente;

Considerando que o artigo 6.º do regulamento de atribuição de apoios ou benefícios impede a atribuição de qualquer apoio financeiro ou benefícios sempre que as entidades estão em incumprimento das suas obrigações de natureza pecuniária perante a entidade concedente;

Considerando que tem sido entendimento da CMMG que as entidades com dívidas ao Município da Marinha Grande e que tenham acordos de pagamentos que estejam a cumprir,

devem considerar-se como tendo as suas obrigações pecuniárias cumpridas para com a entidade concedente;

Considerando o relatório da comissão de avaliação de candidaturas em anexo e que a candidatura da ANO II, IPSS foi avaliada e classificada, nos termos do disposto no artigo 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultado:

APOIO ANUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8998/2017	510280013	A.N.O. II	Funcionamento do Centro Sócio-Sanitário Porta Azul e Loja Social	33	ADMITIR

Considerando que o regulamento determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, e que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66 –B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e Lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação, em anexo.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

APOIO ANUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/8998/2017	510280013	A.N.O. II	Funcionamento do Centro Sócio-Sanitário Porta Azul e Loja Social	33	ADMITIR

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

41 - ADMISSÃO DE CANDIDATURA A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL – CLUBE RECREATIVO AMIEIRINHENSE

1119 - Presente informação n.º2895/2017 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foram objeto de avaliação pela comissão de avaliação, quatro candidaturas que cumpriam os requisitos previstos no regulamento;

Considerando as pontuações obtidas:

Atividades anuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8937/2017	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música e Orquestra da Amieirinha	29,8

Atividades pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8779/2017	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4
E/8764/2017	501082832	Sindicato Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	30,8
E/8232/2017	501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	Passagem de Ano 2017	32,2

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a proposta e delibera, ao abrigo da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8937/2017	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música e orquestra da Amieirinha	29,8

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

42 - ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA APOIO FINANCEIRO EM 2018, DA ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO, PARA A REALIZAÇÃO DA 9ª PROVA DE BTT E DA 3ª EDIÇÃO DO CAMPEONATO DE PATINAGEM DE VELOCIDADE.

1120 - Presente informação n.º 3200/2017 da DCD, datada de 20 de novembro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foram rececionadas as seguintes candidaturas para apoio a projetos de carácter desportivo:

Atividades pontuais:

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8777/2017	28/09/2017	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	9ª Prova de BTT	Pontual
E/8780/2017	28/09/2017	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	501540563	3ª Edição Campeonato Patinagem Velocidade	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E/8777/2017	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	9ª Prova de BTT	501540563	30,8	Admitir
E/8780/2017	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	3ª Edição Campeonato Patinagem Velocidade	501540563	33,4	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro

(DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

43 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA APOIO FINANCEIRO, DA SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO, PARA APOIO FINANCEIRO À REALIZAÇÃO, EM 2018, DO XIV TORNEIO DE ANDEBOL DE PRAIA E DO “FESTAND”

1121 - Presente informação n.º 3200/2017 da DCD, datada de 20 de novembro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foram rececionadas as seguintes candidaturas para apoio a projetos de carácter desportivo:

Atividades Pontuais

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/8910/2017	29/09/2017	Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	501056467	XIV Torneio Andebol Praia 2018	Pontual
E/8912/2017	29/09/2017	Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	501056467	Festand 2018	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.
- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E/8910/2017	Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	XIV Torneio Andebol Praia 2018	501056467	34	Admitir
E/8912/2017	Sociedade Instrução e Recreio 1º Maio	Festand 2018	501056467	34,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

44 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL - ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO.

1122 - Presente informação n.º2895/2017 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foram objeto de avaliação pela comissão de avaliação, quatro candidaturas que cumpriam os requisitos previstos no regulamento;

Considerando as pontuações obtidas:

Atividades anuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8937/2017	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música e Orquestra da Amieirinha	29,8

Atividades pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8779/2017	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4
E/8764/2017	501082832	Sindicato Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	30,8
E/8232/2017	501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	Passagem de Ano 2017	32,2

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8779/2017	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

45 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS A APOIOS A ENTIDADES DE NATUREZA CULTURAL- BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E RECREIO DA PRAIA DA VIEIRA

1123 - Presente informação n.º2895/2017 da DCD, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 525/2015, datado de 12 de novembro de 2015, relativa à proposta de admissão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento;

Considerando que foram objeto de avaliação pela comissão de avaliação, quatro candidaturas que cumpriam os requisitos previstos no regulamento;

Considerando as pontuações obtidas:

Atividades anuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8937/2017	501163980	Clube Recreativo Amieirinhense	Projeto de escola de música e Orquestra da Amieirinha	29,8

Atividades pontuais:

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8779/2017	501540563	Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego	FAG - Feira de Artesanato e Gastronomia 2018	32,4
E/8764/2017	501082832	Sindicato Trabalhadores da Indústria Vidreira	Comemorações do 18 de Janeiro	30,8
E/8232/2017	501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	Passagem de Ano 2017	32,2

Considerando que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando ainda que nos termos do n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas é tomada pela Câmara Municipal;

A Câmara Municipal analisou o relatório da Comissão de Avaliação e a proposta e delibera, ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente.

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASS.
E/8232/2017	501639969	Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira	Passagem de Ano 2017	32,2

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDR Centro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

46 - ADMISSÃO DE CANDIDATURAS PARA APOIO FINANCEIRO, DA SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º DE JANEIRO, PARA A REALIZAÇÃO, DE UM TORNEIO ABERTO EM TÊNIS DE MESA EM 2018, E DE UM PASSEIO EM BTT EM 2017.

1124 - Presente informação n.º 3200/2017 da DCD, datada de 20 de novembro, bem como o relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho do Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro de 2017, relativa à proposta de admissão e exclusão de candidaturas nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando:

- Que foram rececionadas as seguintes candidaturas para apoio a projetos de carácter desportivo:

Atividades pontuais:

REGISTO	DATA DE ENTRADA	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	TIPO
E/9498/2017	28/09/2017	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	501623051	Torneio Aberto de Ténis de Mesa	Pontual
E/9499/2017	28/09/2017	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	501623051	Passeio BTT	Pontual

- Que nos termos do n.º 1, n.º 2 e n.º 4 do artigo 14.º do regulamento, a avaliação de candidaturas é efetuada por uma comissão designada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, cabendo à Câmara Municipal a decisão final sobre a exclusão e admissão de candidaturas, mediante a apresentação de relatório e proposta fundamentada pela comissão de apreciação de candidaturas.
- Que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º do regulamento, só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos.

- Que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder, conforme definido no n.º 4 e 5 do artigo 13.º do regulamento.
- O relatório, grelhas de pontuação e respetiva proposta de admissão em anexo da Comissão de apreciação de candidaturas;
- Que as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, conforme o disposto pelo n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do regulamento, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do n.º 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir as candidaturas abaixo indicadas, ficando as mesmas selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Pontuais:

REGISTO	ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	PROPOSTA
E/9498/2017	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Torneio Aberto de Ténis de Mesa	501623051	36,4	Admitir
E/9499/2017	Sociedade Beneficência e Recreio 1º Janeiro	Passeio BTT	501623051	31,2	Admitir

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

47 – ADMISSÃO DE CANDIDATURA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – ANÁLISE, CLASSIFICAÇÃO E PROPOSTA DE ADMISSÃO DE CANDIDATURAS: SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1125 - Presente informação n.º 3232/2017 da DCD, datada de 22 de novembro, bem como relatório da Comissão de Avaliação de Candidaturas nomeada através do despacho da Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande n.º 523/2017, datado de 14 de novembro, relativa à proposta de admissão da candidatura da Associação mencionada em epígrafe apresentada, nos termos do artigo 13.º e 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, adiante designado por regulamento.

Considerando que nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do regulamento, as candidaturas devem ser entregues até ao dia 30 de setembro do ano anterior ao da execução do programa proposto;

Considerando que a candidatura apresentada pelo S.O.M., na modalidade de apoio a atividades pontuais, deu entrada nos serviços a 16 de outubro do corrente ano, com o registo de entrada E/9577/2017;

Considerando que nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do regulamento, excecionalmente, as candidaturas aos programas de apoios a **atividades pontuais** e de apoio a infraestruturas,

podem ser apresentadas para além do prazo referido no n.º 1 desde que o pedido seja devidamente fundamentado;

Considerando que foram pedidos esclarecimentos à entidade, através de ofício com o registo de saída S/4376/2017, datado de 8 de novembro;

Considerando que o S.O.M., através de email com o registo de entrada E/10284/2017, datado de 16 de novembro apresentou justificação devidamente fundamentada para a entrega da candidatura além do prazo estipulado no n.º 1 do artigo 11.º do regulamento;

Considerando que a candidatura se encontra ainda devidamente instruída com os elementos requeridos nos termos do n.º 3 do artigo 12.º do regulamento;

Considerando que a referida candidatura, na modalidade de apoio a atividades pontuais, foi avaliada e classificada, nos termos do disposto nos artigos 13.º e 14.º do regulamento, tendo-se obtido o seguinte resultados:

APOIO PONTUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9577/2017	501417702	S.O.M.	Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência	31,8	ADMITIR

Considerando que o RMAAB determina no n.º 4 e 5 do artigo 13.º que a classificação das candidaturas apenas releva para efeitos da avaliação do pedido de apoio e consequente admissão ou exclusão, não interferindo na definição dos apoios ou benefícios a conceder;

Considerando que nos termos do n.º 6 do artigo 13.º só são admitidas as candidaturas que tiverem obtido uma pontuação global igual ou superior a 25 pontos;

Considerando que nos termos do n.º 5 do artigo 14.º e n.º 1 do artigo 15.º do RMAAB, as candidaturas admitidas ficam selecionadas para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente, estando o mesmo limitado pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro(alterada pelas leis nº 22/2015, de 17 de março, lei nº 66–B/2012, de 31 de dezembro, Lei nº 64/2012, de 20 de dezembro e lei nº 20/2012, de 14 de maio);

Considerando que se trata de uma instituição de reconhecido mérito e importância social pelo desenvolvimento de atividades destinadas a jovens;

Considerando o relatório da comissão de apreciação das candidaturas a Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, a respetiva grelha de avaliação com a pontuação parcial e classificação final, bem como cópia do despacho de nomeação da comissão de avaliação em anexo.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e do nº 6 do artigo 13.º e ainda do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase

de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

APOIO PONTUAL

REGISTO	NIF	ENTIDADE	OBJETIVO	CLASSIFICAÇÃO	PROPOSTA
E/9577/2017	501417702	S.O.M.	Comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência	31,8	ADMITIR

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

48 - REMODELAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA RUA SANTA ISABEL, RUA DO SALGUEIRO E RUA D. JOÃO PEREIRA VENÂNCIO - CONCURSO PÚBLICO N.º 11/2017 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

1126 - Presente informação com referência CJM-34.2017, de 13 de novembro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões, no âmbito da empreitada de “Remodelação da rede de abastecimento de água na rua Santa Isabel, rua do Salgueiro e rua D. João Pereira Venâncio”, no valor de 6.250,00€ (seis mil duzentos e cinquenta euros).

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376.º, 377.º e 378.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Remodelação da rede de abastecimento de água na rua Santa Isabel, rua do Salgueiro e rua D. João Pereira Venâncio”, em que é cocontratante a empresa Pinto e Bráz, Ld.ª, delibera aprovar:

- a) trabalhos de suprimento de erros e omissões, no valor total de 6.250,00€ (seis mil duzentos e cinquenta euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor;**
- b) a fixação do prazo de execução em dez dias para os trabalhos de suprimento de erros e omissões aprovados e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo.**
- c) a minuta do contrato a celebrar.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

49 - REABILITAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE RESTAURAÇÃO E DE BEBIDAS DO JARDIM LUÍS DE CAMÕES – CONCURSO PÚBLICO N.º 01/2017 - APROVAÇÃO DE TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.

1127 - Presente informação com referência JJ.60.2017, de 14 de novembro, que se dá por integralmente reproduzida, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões, no âmbito da empreitada de “Reabilitação do estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões”, no valor de 9.681,00€ (nove mil seiscentos e oitenta e um euros).

Assim, a Câmara Municipal, em conformidade com o proposto pelos serviços e nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e dos artigos 376.º, 377.º, 378.º e 379.º, todos do Código dos Contratos Públicos, no âmbito do contrato de empreitada de “Reabilitação do estabelecimento de restauração e de bebidas do Jardim Luís de Camões”, em que é cocontratante a empresa SUZIFIL Construções, Ld.ª, delibera aprovar:

- a) trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços acordados, no valor total de 3.132,50€ (três mil, cento e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, da responsabilidade do dono da obra;**
- b) trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços acordados, no valor total de 3.132,50€ (três mil, cento e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, da responsabilidade do empreiteiro;**
- c) trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços contratuais, no valor total de 1.708,00€ (mil setecentos e oito euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, da responsabilidade do dono da obra;**
- d) trabalhos de suprimento de erros e omissões, a preços contratuais, no valor total de 1.708,00€ (mil setecentos e oito euros), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, da responsabilidade do empreiteiro;**

- e) trabalhos a menos no valor de 595,00€ (quinhentos e noventa e cinco euros);
- f) a fixação do prazo de execução em trinta dias para os trabalhos de suprimento de erros e omissões aprovados e a consequente prorrogação do prazo de execução inicial da empreitada pelo mesmo período de tempo;
- g) A minuta do contrato a celebrar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade e aprovada em minuta.

50 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – APAMG

1128 - Presente deliberação de 29 de dezembro de 2016, na qual a Câmara Municipal decidiu, ao abrigo das alíneas o), p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, admitir a candidatura abaixo indicada, ficando a mesma selecionada para a fase de definição do tipo de apoios ou benefícios a atribuir em função das disponibilidades financeiras e físicas da entidade concedente:

Atividades Anuais

REGISTO	ENTIDADE	NIF	OBJETIVO	PONTOS
E/8278/2016	Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	506924211	Recolha e Tratamento de Animais Abandonados	32,6

Presente informação I/1735/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, em que se dá conhecimento à Câmara Municipal de que, nesta fase, a Associação Protetora de Animais da Marinha Grande preenche todos os requisitos previstos no art.º 6.º do Regulamento, por ter apresentado já seguinte documentação e propondo a atribuição de apoio financeiro a esta entidade:

- Da situação regularizada em termos da Autoridade Tributária e Segurança Social - declarações ou autorizações de consulta;
- Relatórios de contas do ano anterior aprovados e validados - com a respetiva ata da aprovação;
- Obrigações cumpridas relativas a contratos de apoio de anos anteriores;
- Situações de dívida para com o Município da Marinha Grande, devidamente regularizadas;
- Mandato válido - atas de eleição e tomada de posse dos órgãos.

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Assim, considerando as atribuições do Município da Marinha Grande nos domínios da educação, cultura, desporto, ação social e promoção do desenvolvimento, nos termos das alíneas d), e), f), h) e m) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, que conferem à Câmara Municipal da Marinha Grande, a competência para apoiar as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outras de interesse para o município, bem como para deliberar sobre as formas de apoio a entidades legalmente existentes, nos termos das alíneas alínea o) p) e u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei supracitada;

Considerando ainda os critérios definidos no Regulamento, a verba prevista em Plano de Atividades Municipais e tendo em conta que se trata de um projeto de interesse municipal que contribui para a manutenção da higiene urbana e da qualidade de vida no concelho, envolvendo a comunidade local, é proposta a atribuição de apoio financeiro para apoio às atividades da associação ao longo do ano.

A Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra e ao abrigo da competência conferida pelas alíneas o) do nº 1, do artº 33 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e nos termos do Regulamento Municipal de atribuição de apoios e benefícios a entidades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra, delibera conceder o seguinte apoio financeiro:

ENTIDADE	OBJETIVO	NIF	PONTOS	AÇÃO	MONTANTE
Associação Protetora de Animais da Marinha Grande	Recolha e Tratamento de Animais Abandonados	506924211	32,6	2015 / A / 200	1.500,00€

Mais delibera, em cumprimento do previsto nos artigos 18º e 20º, nº 1, do Regulamento, aprovar as minutas dos contrato programa a celebrar com a entidade beneficiária, que fica anexa à ata.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao

cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

51 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – BIBLIOTECA DE INSTRUÇÃO E RECREIO DA PRAIA VIEIRA – PASSAGEM DE ANO 2017/2018

1129 - Presente informação n.º 3030/2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que a candidatura com o registo de entrada E/8232/2017, da Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira, admitida em reunião de Câmara de 27 de novembro de 2017, preenche os requisitos previstos no nº 6 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra - adiante designado por regulamento - propondo a atribuição do apoio financeiro à entidade, para a realização da Passagem de Ano de 2017 para 2018, nos termos da candidatura.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que a referida candidatura se reveste de considerável interesse municipal pela forma como promove o turismo na região e em particular na Praia da Vieira, fora da época de verão.

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a entidade apresentou, em 2017, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para realização dos festejos da passagem de ano de 2017 para 2018;

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/176;

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conceder um apoio financeiro de 20.910€ (vinte mil novecentos e dez euros) à Biblioteca de Instrução e Recreio da Praia da Vieira, NIF 501639969, para a realização dos festejos da passagem de ano de 2017 para 2018, nos

termos da candidatura com o registo de entrada E/8232/2017, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/176 do Plano Municipal de Atividades.

Mais delibera, em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº 1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a minuta do contrato programa em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

52 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º DE JANEIRO - PASSEIO EM BTT EM 2017.

1130 - Presente candidatura com o registo de entrada E/9499/2017, da **SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º DE JANEIRO**, admitida em reunião de Câmara de 27 de novembro de 2017, e que preenche os requisitos previstos no nº 6 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra - adiante designado por regulamento – relativa ao pedido de atribuição do apoio financeiro à entidade, para a realização passeio em BTT em 10 de dezembro de 2017, nos termos da candidatura.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que a referida candidatura se reveste de interesse municipal pela forma como envolve a comunidade e promove a atividade desportiva;

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a entidade apresentou, em 2017, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para realização do passeio de BTT em 10 de dezembro de 2017;

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/198;

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda no íntegra, e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conceder um apoio financeiro de 250€ (duzentos e cinquenta euros) à SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1º DE JANEIRO, NIF 501623051, para a realização de um passeio de BTT, nos termos da candidatura com o registo de entrada E/9499/2017, designadamente para pagamento de seguros, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/198 do Plano Municipal de Atividades.

Mais delibera, em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº 1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a minuta do contratos programas em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 2 abstenções dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Ana Alves Monteiro, que proferiram a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro (DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

53 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – SPORT OPERÁRIO MARINHENSE – COMEMORAÇÕES DO DIA INTERNACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA A REALIZAR EM 3 DE DEZEMBRO DE 2017

A **Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho** e o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** comunicaram o seu impedimento, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a), do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que fazem parte dos órgãos sociais do Sport Operário Marinhense.

A **Sr.ª Presidente** declarou o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4 do mencionado Código.

1131 - Presente informação n.º 3232/2017, de 22 de novembro de 2017, da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, na qual se dá conhecimento à Câmara Municipal que a candidatura com o registo de entrada E/9577/2017, do Sport Operário Marinhense, admitida em reunião de Câmara de 27 de novembro de 2017, preenche os requisitos previstos no nº 6 do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza

Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra - adiante designado por regulamento - propondo a atribuição do apoio financeiro à entidade, para a realização das comemorações do Dia Internacional da Pessoa com deficiência em 3 de dezembro de 2017.

Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do regulamento, o montante dos apoios a atribuir a cada candidatura é determinado em função da ponderação dos seguintes fatores:

- a) Abrangência da atividade ou projeto;
- b) Proporção do número de pedidos de apoios em relação aos fundos disponíveis;
- c) Necessidade financeira do pedido;

O n.º 1 do artigo 15.º do regulamento define que os apoios ou benefícios, em qualquer um dos tipos de programa previstos, estão limitados pela previsão em rubrica orçamental própria e pelas disponibilidades financeiras reais, em função dos compromissos totais assumidos pela entidade concedente, nos termos da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Considerando que a referida candidatura se reveste de considerável interesse municipal pela forma como promove a sensibilização da comunidade para a necessidade de eliminar os preconceitos e obstáculos que se colocam às pessoas com deficiência e promove os direitos e igualdade de oportunidades e a não discriminação.

Considerando os critérios definidos no regulamento;

Considerando que a entidade apresentou, em 2017, a candidatura a apoios ou benefícios na modalidade de apoio pontual para realização das comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência a realizar em 3 de dezembro de 2017.

Considerando a existência de dotação financeira na ação 2015/A/111;

Atendendo ao exposto, a Câmara Municipal apreciou a proposta, com a qual concorda no íntegra, e delibera ao abrigo da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na redação atual, e nos termos do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, conceder um apoio financeiro de 500€ (quinhentos euros) ao Sport Operário Marinhense, NIF 501417702, para a realização comemorações do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência a realizar em 3 de dezembro de 2017, nos termos da candidatura com o registo de entrada E/9577/2017, cuja verba se encontra prevista na ação 2015/A/111 do Plano Municipal de Atividades.

Mais delibera, em cumprimento do previsto no artigo 18º e nº 1 do art.º 20º do regulamento, aprovar a minuta do contratos programas em anexo, a celebrar com a entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 4 votos a favor e 1 abstenção da Sr.ª Vereadora Ana Alves Monteiro, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Iniciamos novo mandato e nada mudou nesta matéria. Não se atende à recomendação dos auditores às contas, quando em sucessivos documentos é dada a indicação para “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”. Não se valoriza o parecer da CCDRCentro

(DSAJAL 1211/17, de 4.08.2017) que alerta para o facto do normativo sobre o qual as candidaturas são apreciadas já não está actualizado.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objetividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Naturalmente que o pagamento será contra a apresentação dos justificativos das despesas.

Somos incondicionalmente favoráveis a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e no livre arbítrio, a permitir as mais diversas interpretações e comentários, a praticar injustiças na atribuição dos dinheiros públicos.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios, que vincule o município ao cumprimento dos mesmos e obrigue o decisor a adequar o valor do subsídio aos critérios de avaliação, garantindo que o acto salvaguarda o princípio da igualdade e da isenção.

Por essa razão entendemos abster-nos nesta votação.”

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

54 – APROVAÇÃO DO REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

Discutido e votado no início da reunião.

55 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezassete, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **14.458.763,42 €** (catorze milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, setecentos e sessenta e três euros e quarenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia 27/11/2017.

Mandato de 2017/2021
Ata nº 29

E nada mais havendo a tratar, a Sr.^a Presidente encerrou a reunião eram 20:30 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Secretária da reunião,

O conteúdo desta reunião encontra-se registado em suporte digital.
